

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E AÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

JULIANO ZANCANELO REZENDE

**A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS:
contribuições históricas para a ruptura com o conservadorismo da profissão
no Brasil.**

JUIZ DE FORA
NOVEMBRO/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E AÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

JULIANO ZANCANELO REZENDE

**A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS:
contribuições históricas para a ruptura com o conservadorismo da profissão
no Brasil.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial
para obtenção de título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Lucia Duriguetto

JUIZ DE FORA
NOVEMBRO/2018



JULIANO ZANCANELO REZENDE

**A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS:
contribuições históricas para a ruptura com o conservadorismo da profissão
no Brasil.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Lucia Duriguetto

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 28 de novembro 2018, por banca composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dra. Maria Lucia Duriguetto – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras – Examinadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dra. Carina Berta Moljo – Examinadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resultado obtido: _____

**JUIZ DE FORA
NOVEMBRO/2018**

AGRADECIMENTOS

É com muito entusiasmo e felicidade que concluo a graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Encerro esta importantíssima etapa de minha vida convencido que as oportunidades a mim proporcionadas no ambiente universitário, além de contribuir qualitativamente para minha formação acadêmico-profissional, também determinaram a constituição de novos valores e meu amadurecimento enquanto sujeito, me permitindo perceber a realidade com menos ocultamento.

Primeiramente, sem sombra de dúvidas, agradeço ao conjunto da classe trabalhadora por viabilizar a minha estadia em uma Universidade pública, gratuita, laica, presencial, de qualidade e socialmente referenciada em meio às adversidades da luta de classes. Destaco a importância dos movimentos populares e lutas sociais para minha vida. Por tornarem públicas e políticas as expressões da questão social, os movimentos sociais despertaram em mim um chamado à rebeldia contra a ordem societária que explora, oprime, desumaniza, destrói e mata. É por não compreender as injustiças e desigualdades sociais como naturais que cultivo a coletividade e a RESISTÊNCIA. Um abraço apertado a todas as pessoas aguerridas nas lutas em defesa da democracia, tendo como horizonte a emancipação humana!

Agradeço à minha família por me possibilitar apoio para que eu chegasse até este momento, a qual também me desafiou trilhar novos rumos em minha vida. Com muito carinho obrigado Mãe, Tia Márcia, Vó Luzia, Pai e aquela que já nos deixou mas permanece viva na memória coletiva e em nossos corações – Vó Lourdes. Meus agradecimentos também à minha querida Carol Rosa que esteve presente nos momentos de alegria e de dificuldades, se mostrando sempre companheira. Aos outros familiares que acreditaram em mim, também sou grato. Sem todas vocês essa caminhada não seria possível!

Não poderia deixar de agradecer à minha eterna Professora de história que se transformou em uma grande amiga. Aquela que fortalecia o movimento estudantil secundarista e colaborou para a minha inserção na luta política organizada. Definitivamente, um exemplo pedagógico de luta por um mundo justo, mesmo com a conjuntura bradando desesperança. Muito obrigado, Angela!

Meu enorme agradecimento à Faculdade de Serviço Social da UFJF pela acolhida e por poder participar de sua grandiosa história. Obrigado aos trabalhadores e trabalhadoras desta Faculdade: professores, técnicos-administrativo e em especial as funcionárias terceirizadas. Certamente me sinto pertencente a esse espaço, mesmo finalizando o ciclo da graduação.

Em especial, sou grato à minha orientadora Professora Malu Duriguetto, por quem tenho enorme admiração, afeto e referência. Mesmo com a sobrecarga de trabalho, sempre se mostrou disposta e empenhada em orientar este trabalho de conclusão de curso, me incentivando a alçar voos maiores e desafiadores. Uma pessoa incrível que a vida me deu a oportunidade de conviver. Obrigado, também, pela experiência coletiva no projeto de iniciação científica, que tive o prazer em participar, no qual pude ter maior contato com a pesquisa e com o debate sobre os movimentos sociais. Aproveito para agradecer também à colega Maila pelo trabalho em conjunto no referido projeto de pesquisa coordenado pela Malu.

Meu muito obrigado às outras professoras que participaram um pouco mais de perto da minha formação profissional: Professora Alexandra Eiras, por aceitar o convite de participar das bancas deste trabalho e por ser essa pessoa serena que conforta a todos seus alunos através de sua dedicação profissional incontestável; Professora Carina Moljo, pelas honrosas contribuições na banca deste trabalho, que certamente iluminarão a minha jovem trajetória acadêmica; Professora Cristina Bezerra, pela orientação no projeto de extensão vinculado ao MST, pelos ensinamentos sobre a questão agrária e por emanar grandiosidade enquanto educadora; Professora Mariana Costa Carvalho pela orientação no projeto de monitoria da disciplina Classes e Movimentos Sociais I, com quem pude desenvolver habilidades em relação ao ensino; Professora Marina Monteiro de Castro, pela orientação no projeto de treinamento profissional da Coordenação de Curso, por quem tenho grande respeito pela disposição em representar a categoria profissional nos espaços coletivos; e Professora Luciana de Paula, pelas grandiosas aulas da disciplina de Trabalho e Serviço Social, pela inspiradora paixão com o que trabalha e por ser referência enquanto profissional que se formou participando ativamente do Movimento Estudantil.

O estágio profissional, enquanto componente ineliminável da formação profissional, me possibilitou o contato mais direto com o trabalho do assistente

social, suas mediações e contradições. Durante a experiência do estágio também construí laços de afeto e amizade. Por isso, agradeço a toda equipe do Serviço Social da CESAMA, especialmente à minha supervisora de campo, Patrícia Groppo. Também não poderia deixar de mencionar as colegas Fátima, Ana Carolina, Nicole, Edna, Priscila, Gabi e Paola. Muito obrigado pelo convívio e pelas oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal! Também um agradecimento especial a minha amiga Amanda, que dividiu mais de perto a experiência do estágio comigo por ser minha companhia de todas as tardes durante um bom tempo, por aguentar minhas lamentações rotineiras e pela cumplicidade no estágio.

Gostaria de agradecer, também, à minha turma pelo convívio fraterno, a qual estava sempre pronta para o debate de ideias diante de nossa diversidade. Sentirei muitas saudades de todos e todas vocês, e espero que nos reencontremos nos espaços da categoria. Destaco algumas colegas que, pela proximidade, sempre realizávamos os trabalhos em grupo e nos divertíamos perante os apertos acadêmicos: Hérika, Paulinha e Gabi. E não poderia deixar de citar meu xará, Juliano Nery, pela formação da “dupla dinâmica”, que entre provas em dupla e fugidas para os bares era certa a nossa parceria.

Não menos importante tenho muito a agradecer ao Movimento Estudantil. Foi através da militância política que consegui experimentar a vida de um estudante universitário com mais prazer. Nesse sentido, sou grato imensamente ao Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek, especialmente à gestão “Que a Universidade de Pinte de POVO” (2015/2016). Em toda minha trajetória no Movimento Estudantil, através do DA, tive contato com oportunidades *sui generis* as quais não cabem nestes agradecimentos – afirmo que sem elas eu não seria quem sou hoje. Além de me possibilitar referências para a vida acadêmica, o Movimento Estudantil foi fio condutor na construção de vínculos de amizade – algumas passageiras e outras para a vida toda. Pelas grandes amizades agradeço: à Raquel Sena, por ser a minha amiga-irmã; à Laira, pela cumplicidade política em meio aos “deboches sadios”; ao Gustavo, ao Rodrigo, à Naharle e à Jeane pelo companheirismo no início da caminhada de florescimento de uma gestão essencialmente coletiva no DA. Por fim, sou grato aos outros companheiros e companheiras pelos aprendizados recíprocos que balizaram nossa militância no MESS e orientam nossas práticas enquanto sujeitos.

“Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo”. – Florestan Fernandes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. INÍCIO DE CONTESTAÇÃO AO TRADICIONALISMO E O CONTATO DO SERVIÇO SOCIAL COM EXPERIÊNCIAS POPULARES NO BRASIL.....	14
2.1. Algumas experiências de organizações populares na conjuntura que antecede o golpe civil militar de 1964.....	14
2.2. A relação dos assistentes sociais com os movimentos populares e os rebatimentos para o início de crítica ao tradicionalismo no Serviço Social.....	19
2.3. O golpe civil militar de 1964: impeditivo autoritário para o desenvolvimento das experiências populares e de sua relação com os setores progressistas do Serviço Social.....	29
3. O PROTAGONISMO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A RUPTURA COM O CONSERVADORISMO NA PROFISSÃO.....	35
3.1. A conjuntura da efervescência política dos Movimentos Sociais entre as décadas de 1970 e 1980 no Brasil.....	35
3.2. O fortalecimento da organização político-sindical dos assistentes sociais no Brasil e a intervenção planejada no “Congresso da Virada”: contribuições para a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social.....	45
3.3. A transição da organização sindical dos assistentes sociais: de categoria profissional para ramo de atividade econômica.....	63
3.4. Breves considerações sobre a tentativa de retomada dos sindicatos de assistentes sociais.....	69
4. CONCLUSÃO.....	78
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

1. INTRODUÇÃO

Mesmo antes de ingressar na Universidade como estudante, tive contato com alguns movimentos populares do campo de da cidade, através da militância política no movimento estudantil secundarista. Ao chegar no ambiente universitário – ainda não cursando Serviço Social – mantive vínculo com esses movimentos sociais os quais me apresentaram o curso de Serviço Social. A partir de então, ao saber da proximidade do curso com os movimentos sociais por meio de suas atividades acadêmicas, me matriculei no curso de Serviço Social da UFJF. Já no primeiro período do curso me envolvi com o Movimento Estudantil através do Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoek e, posteriormente, me inseri na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Ao longo da graduação, além de vivenciar a militância política articulada com os movimentos sociais da classe trabalhadora, também participei de atividades de extensão acadêmica junto ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por essas experiências de contato com algumas formas de organização e resistência da classe trabalhadora, decidi desenvolver este trabalho de conclusão de curso como algo que sintetiza expressiva parcela da minha formação profissional como também da minha trajetória acadêmica e política na Universidade. Ou seja, a discussão a ser tratada neste trabalho não poderia ser outra a não ser relacionada com os movimentos e lutas sociais.

No decorrer da graduação, especialmente ao cursar as disciplinas Classes e Movimentos Sociais II e Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III, despertou-me o interesse em aprofundar o estudo sobre a organização político-sindical da categoria de assistentes sociais e sua relação histórica com o movimento de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Ao cursar as disciplinas de Pesquisa Social I e II realizei uma pesquisa intitulada “A atuação político-sindical dos assistentes sociais em Juiz de Fora”, e pude constatar, além da baixa participação da categoria profissional no movimento sindical, elementos os quais apontaram uma relação fundamental entre a histórica organização político-sindical da categoria profissional com o desenvolvimento e impulsionamento da

ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Ainda com diversos elementos sobre tal relação a serem compreendidos, me inseri como bolsista em um projeto de iniciação científica, coordenado pela Professora Maria Lucia Duriguetto, intitulado “A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil no período de 1970-1980”.

Ao me aproximar da pesquisa percebi que, atualmente, a produção teórica no Serviço Social pouco aborda as temáticas dos movimentos sociais e a publicização dos conflitos de classes através das lutas sociais. Segundo Duriguetto e Marro (2016, p.109), “entre os 162 trabalhos publicados nos Anais dos CBAS e do ENPESS, realizados em 1995 e 2008, 3% tematizam os movimentos sociais”.

[...] com base na categorização dos eixos temáticos dos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social: A área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular (IAMAMOTO, 2008, p. 461 apud DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.109).

A escassa pesquisa e produção acadêmica no Serviço Social sobre os movimentos sociais é algo a ser considerado tendo em vista a relevância de tal debate na própria história da profissão, especialmente no que se refere ao processo de crítica ao conservadorismo e construção do atual projeto ético-político. Em uma conjuntura de reacionarismo, aprofundar e evidenciar a relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais é iluminar sombras que, por vezes, obscurecem os valores expressados no projeto ético-político da profissão.

Não há, portanto, razões históricas que justifiquem ondas de simplificação no debate contemporâneo sobre os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos no Serviço Social. Todo o acúmulo alcançado até o momento, que fundamenta o projeto ético-político profissional, precisa cotidianamente ser ativado e aprofundado (RAMOS e SANTOS, 2016, p. 231).

Como o estudo sobre a relação da profissão com as lutas e movimentos sociais ainda se encontra tímido frente à majestosa produção teórica do Serviço Social, pesquisar tal temática colabora para a compreensão coletiva sobre a ligação da profissão com as expressões dos conflitos de classes os quais são publicizados através das lutas e movimentos sociais. Ou seja, como os movimentos e lutas sociais fazem parte das expressões da questão social, estudar sua relação com o Serviço Social é melhor interpretar a própria profissão.

No atual cenário de precarização da formação profissional, haja vista o crescimento desenfreado da mercantilização da educação e, por consequência, o significativo número de cursos à distância, estudar a história do Serviço Social relacionando-a com o movimento da realidade é demonstrar resistência acadêmica frente às tentativas reducionistas e tecnicistas de compreensão do Serviço Social.

Sabemos que, atualmente, o Serviço Social possui uma formação acadêmico-profissional orientada pelas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a qual permite a compreensão da realidade social a partir de uma perspectiva de totalidade e princípios de análise sócio-histórica. Mas se os sujeitos que estão em processo de formação acadêmica não têm a oportunidade de conhecerem a histórica organização política da categoria profissional e suas implicações para a renovação crítica do Serviço Social, me indago como tais sujeitos, depois de formados e provavelmente atuando enquanto assistentes sociais, irão perceber a organização política e poder potencializar junto aos usuários dos serviços sociais a *dimensão socioeducativa* no sentido da organização coletiva frente às expressões da questão social.

Portanto, o presente trabalho busca não somente evidenciar a relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais através da organização política da categoria profissional e de experiências do exercício profissional, mas também colaborar, mesmo que minimamente, para a *(re)produção acadêmica* a qual possa contribuir para o processo reflexivo de sujeitos em formação no que tange às possibilidades de atuação profissional e organização política junto aos sujeitos coletivos e suas lutas.

O caráter desta pesquisa é exploratório bem como o tipo de abordagem se constitui enquanto qualitativo. As análises e considerações deste trabalho são realizadas a partir da totalidade social, atentando-se para a dialética do movimento histórico do real.

Enquanto procedimento metodológico, realizei revisão bibliográfica a qual tratou sobre os seguintes elementos, divididos em dois capítulos – Capítulo I: o contexto social e político dos primeiros anos da década de 1960 no Brasil, a partir do fervor das lutas sociais em defesa das reformas de base – incluindo a localização

dos movimentos populares nesse processo; as experiências de desenvolvimento do exercício profissional do assistente social junto à processos populares orientados pela educação de base no contexto de gestação da crise do tradicionalismo no Serviço Social; o significado do golpe civil militar de 1964 no Brasil e as consequências para a profissão, especialmente no que se refere à imobilização do desenvolvimento de perspectivas críticas no interior do Serviço Social; Capítulo II: a conjuntura de efervescência político-social dos movimentos sociais durante os últimos anos da autocracia burguesa; o caminho de reorganização político-sindical dos assistentes sociais brasileiros e suas implicações na disputa pela direção social do Serviço Social, sendo impulsionada a ruptura com o conservadorismo; o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais enquanto marco episódico de ruptura com o conservadorismo, e a intervenção planejada das entidades sindicais de assistentes sociais nesse espaço; e por fim, o processo de transição da organização sindical da categoria profissional.

O caminho percorrido ao longo deste trabalho é delimitado a partir dos processos de mobilização dos movimentos populares nos primeiros anos da década de 1960, sendo destacado o contato profissional com as experiências de educação de base popular. A relação da educação popular com o Serviço Social brasileiro é constituída historicamente a partir da concepção de transformação social transpassada no interior da profissão – concepção essa vinculada à construção de alternativas antagônicas à exploração e opressão do modo de produção capitalista. Essa perspectiva progressista de não aceitação ou não naturalização das desigualdades sociais é gestada em experiências de assistentes sociais articulados com as lutas populares no período que antecede o golpe civil militar de 1964. No entanto, com a instalação da ditadura no Brasil tal perspectiva é reprimida e somente é retomada com mais intensidade durante o processo de redemocratização, especialmente nos anos da década de 1980.

No período da reabertura democrática, a insurgência dos movimentos sociais da classe trabalhadora, principalmente protagonizada pelo movimento operário, modificou o cenário da correlação de forças na luta de classes. Nesse sentido, a conjuntura de efervescência política e social colaborou para o caminho de reorganização sindical dos assistentes sociais brasileiros. O fortalecimento da organização político-sindical de parcela da categoria profissional de assistentes

sociais implicou no acirramento da disputa de projetos profissionais no interior do Serviço Social – sendo defendida pelos militantes sindicais e profissionais progressistas uma perspectiva crítica de profissão, que se expressou posteriormente na vertente intenção de ruptura com o conservadorismo.

Em 1979, com a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, marca-se um episódio histórico com significado singular para o Serviço Social brasileiro – quando as entidades sindicais de assistentes sociais desempenharam um papel fundamental para o processo de renovação da profissão no Brasil. A possibilidade de reorganização político-sindical dos assistentes sociais colaborou com a construção das análises críticas sobre o tradicionalismo da profissão e também no que se refere à realidade conjuntural do período. No decorrer do segundo capítulo deste trabalho, é apresentado o significado social e político da intervenção sindical dos assistentes sociais nos espaços organizativos e deliberativos da categoria profissional – dando-se ênfase no III CBAS por ser palco da “virada”. Sem sombra de dúvidas, a intervenção político-sindical organizada e planejada para o III CBAS impulsionou o percurso de consolidação da ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro.

Portanto, as considerações deste trabalho acerca da relação entre o Serviço Social brasileiro e os movimentos e lutas sociais se dão a partir de dois aspectos: experiências do exercício profissional junto aos movimentos sociais e populares; e a organização política da categoria profissional, dando-se destaque para a militância sindical.

2. INÍCIO DE CONTESTAÇÃO AO TRADICIONALISMO E O CONTATO DO SERVIÇO SOCIAL COM EXPERIÊNCIAS POPULARES NO BRASIL

2.1. Algumas experiências de organizações populares na conjuntura que antecede o golpe civil militar de 1964

No curto período histórico que antecede a instalação do golpe civil militar no Brasil, a grande expansão capitalista internacional ganhou objetividade no processo de colonização moderna dos territórios latino-americanos sob a égide do imperialismo. Particularmente, devido ao desenvolvimento capitalista no Brasil, as diversificadas contradições sociais, políticas e econômicas se apresentaram no cenário nacional de maneira agravada. O processo de imposição do avanço capitalista no país se expressou na perversidade social em relação às condições de vida das camadas sociais subalternas, tendo em vista a superexploração da força de trabalho de camponeses e operários, além da concentração de poder econômico e político por parte dos setores dominantes. (MENEGAT, s/d apud MORAES, 2014, 64).

Ao longo do desenvolvimento da industrialização no capitalismo tardio brasileiro, as inúmeras expressões da contradição entre capital e trabalho se despontaram de maneira agudizada. Conforme Schwarz (2005) apud Moraes (2014), nesse contexto social de aumento das desigualdades sociais em detrimento ao crescimento econômico centralizado, a partir do acirramento da luta de classes, tensionamentos sociais se intensificaram no cotidiano político do país. As classes subalternas gestaram de maneira espontânea meios de resistência comunitária para que desafios impostos pela vida moderna pudessem ser enfrentados através da organização coletiva dos movimentos sociais populares. Ainda, surgiram movimentos sociais vinculados à promoção da “cultura popular” que estendiam as bandeiras de lutas em defesa de reformas sociais de base e de denúncia pública do aprofundamento das expressões da questão social no desenrolar da modernização capitalista.

No bojo desse contexto social, marcado por novas experiências de organização e mobilização das massas populares, surge de maneira expansiva as

Ligas Camponesas no Brasil. Tendo em vista as particularidades da questão agrária no país somado ao processo de modernização capitalista, as Ligas Camponesas se constituíram como movimento popular de massa dos trabalhadores do campo com objetivo de denunciar as mazelas sociais impostas socialmente e, em certa medida, conformar enfrentamento coletivo às necessidades objetivas pela via da ajuda mútua dentro da própria coletividade do movimento de camponeses. (MONTENEGRO, 2010 apud MORAES, 2014, p.24).

Já nos últimos anos da década de 1950, a potência de mobilização e organização coletiva das Ligas Campesinas era reconhecida como subversão aos princípios da propriedade privada no caminho percorrido pelo movimento através da discussão sobre a necessidade de uma reforma agrária no país. Pela ainda ausência de sindicatos rurais, o movimento campesino se desenvolveu através de associações comunitárias, tendo como mediação para a ampliação de suas lutas as Ligas Campesinas.

Passeatas e mobilizações transbordam em todo o país com o cunho de denúncia a situação vivenciada pela maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste. Em 1961, as Ligas Campesinas chegam a ter uma média de dez mil associados, distribuídos entre quarenta delegacias, com presença em todos os estados brasileiros. (MONTENEGRO, 2010, p.266 apud MORAES, 2014, p.24)

Segundo Schwarz (2005) apud Moraes (2014), devido aos incentivos do Estado com finalidade de modelamento de novos valores e relações para a integração social na modernização capitalista, grupos organizados atuavam em territórios comunitários e periféricos, tendo contato com experiências de movimentos populares. A atuação de alguns grupos, principalmente aqueles que tinham vinculação política com a militância popular e de esquerda, era orientada pela concepção da educação popular de base. Sob essa perspectiva, veremos mais a frente deste trabalho o contato de assistentes sociais com organizações populares de territórios comunitários a partir do exercício profissional orientado pelo Desenvolvimento de Comunidade (DC).

Nesse cenário, a esquerda brasileira, que atuava junto à essas comunidades, não tinha uma perspectiva metodológica homogênea. O agir dos movimentos organizados de esquerda junto às camadas subalternas era desafiado a experimentar um inovador e crítico contato mobilizador de massas. As perspectivas

de maior destaque no trabalho de base junto aos setores populares e subalternos durante os anos que antecederam a imposição da autocracia burguesa do Brasil foram: a linha do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a concepção defendida pelo Movimento Católico progressista e suas organizações. (SCHWARZ, 2005 apud MORAES, 2014, p.26).

O PCB almejava o trabalho com as massas no sentido de defesa nacionalista do desenvolvimento capitalista, independente dos interesses imperialistas – um nítido vacilo pela via da conciliação de classes. O “partidão” se mostrava, naquele período, um difusor do “socialismo forte em anti-imperialismo e fraco na propaganda e organização da luta de classes” (SCHWARZ, 2005, p.10 apud MORAES, 2014, p.26).

O sentido da política para o PCB era a afirmação nacional e não o reconhecimento de direitos e de divisões no seio do povo. A Democracia não era especialmente apreciada pelos Comunistas. Mais importante era a participação dos intelectuais no Estado, entendido como a organização responsável por elevar a sociedade à condição de nação. Essa concepção justificava, por critérios políticos, o exercício que a esquerda comunista fazia dos cargos públicos, mesmo que baseado em privilégios e regalias pessoais. (BOAL, 2000, p. 39 apud MORAES, 2014, p.26).

Para o Movimento Católico progressista – muita das vezes em oposição à compreensão política do PCB – era necessário colaborar para o desvelamento do papel do Estado na modernização capitalista. A militância religiosa de esquerda compreendia que o “amadurecimento” do capitalismo era algo processual para o aprofundamento da exploração e opressão do ser humano. Portanto, reconheciam a inviabilidade de qualquer aliança com a burguesia, sendo entendida “a impossibilidade de induzir as massas populares a uma luta que não seja diretamente ligada à situação de classe” (BOAL, 2000, p.42 apud MORAES, 2014, p.27).

Enquanto frente cristã progressista do Movimento Católico, a Ação Popular (AP) foi uma organização política essencial no que refere ao trabalho de base com as massas populares. A maioria dos sujeitos que construíam a AP eram militantes que vinham da Juventude Universitária Católica (JUC). Essa militância estava inserida em um contexto de certo distanciamento da doutrina tradicional da Igreja em detrimento da aproximação política com os movimentos populares de massa e pelo contato com referenciais teóricos que reivindicavam o chamado “socialismo-cristão”. (PINHEIRO, 2010 apud MORAES, 2014)

Por conseguinte, a Ação Popular (AP) nasce de um Congresso em Salvador, em 1961, como um espaço efetivo da JUC para dar sequência prática ao seu ideal histórico. No seu documento de base, os estudantes definem a Ação Popular como: a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu em resposta ao desafio lançado pela realidade de nosso país. (PINHEIRO, 2010, p.25 apud MORAES, 2014, p.27)

Segundo Amaral (2013) apud Moraes (2014), as experiências de educação popular de base associada à pedagogia freireana, nesse período, ganharam significativa vitalidade. Eram realizados trabalhos junto a comunidades com objetivo, por exemplo, de alfabetização em massa, destacando-se as experiências de regiões mais pauperizadas do país, como a região Nordeste. Como o processo metodológico de caráter popular extrapolava os limites de um aprendizado escolar, essas experiências de educação de base incidiam diretamente na vida política do país pela potencialização da participação popular.

Nesse sentido, as experiências de educação de base popular contribuíram para o alargamento de processos organizativos e de mobilização das camadas subalternas que apresentavam reivindicações por “necessidades sentidas e elaboradas na comunidade, enquanto espaço efetivo de luta e formação política popular” (AMARAL, 2013, p.172 apud MORAES, 2014, p.30).

A partir de Boal (2000), os grifos de Moraes (2014) apresentam que a conjuntura de irreverência da classe trabalhadora face à modernização capitalista e suas consequências perversas, provocou uma ampliação das lutas sociais dos movimentos populares. Enquanto expressão da amplitude do movimento popular, gestaram-se também experiências relacionadas à promoção da cultura popular. Como exemplo, citamos o despontamento entre os anos de 1962 e 1964 dos Centros de Cultura Popular (CPC's) vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE). Os CPC's atuavam a partir do chamado teatro político com objetivo de dialogar pedagogicamente com as massas populares no sentido de se possibilitar como um meio de conscientização política sobre a realidade social.

Todas as peças do CPCs tem origem na mesma problemática: introduzir a massa como personagem teatral a fim de levar os problemas sociais contemporâneos para a cena e tentar transformar a sociedade a partir do teatro. Nesse contexto, se a luta política pela construção da nação brasileira “estava sendo freada pela ignorância e pela alienação de boa parte das massas populares, que não compreendiam a necessidade da luta nacionalista”, o teatro político deveria colaborar neste processo educativo. Este tipo de concepção levava ao entendimento das peças teatrais do CPCs

como um ensaio da Revolução, na qual “as baixas camadas sociais, quando não possuísem a boa ideologia”, poderiam aprender vendo as cenas como se comportar na vida real e em sociedade (BOAL, 2000, p. 122 apud MORAES, 2014, p.31).

No entanto, o teatro político fazia sucesso com a população universitária, mas não ganhava aderência em parte considerável das camadas populares. Foi então que os CPC's apostaram com mais intensidade na intervenção política junto às comunidades periféricas através da implementação de projetos de alfabetização de adultos, a partir dos ensinamentos de Paulo Freire. Nesse caminho, os CPC's também trabalharam na construção de centros comunitários em territórios favelados, objetivando a maior aproximação com os setores populares. Ao lançarem mão da educação popular de base e ao se aproximarem das experiências populares, percebiam a maior aceitação das peças teatrais por parte das comunidades populares.

Com a realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em setembro de 1963, o CPC da UNE reviu suas formulações teóricas e se tornou mais sensível à necessidade de um trabalho permanente e sistemático junto às massas. Chegaram a conclusão que apenas a difusão do teatro político não era suficiente para os objetivos traçados, mas, por outro lado, a tentativa de organização de grupos teatrais amadores não vingou resultados. Nesse conflito, o processo de alfabetização aparece como o núcleo central do trabalho político a ser realizado, tal como defendia vários Centros de diversos Estados brasileiros e outros movimentos voltados a promoção da cultura popular (PAIVA, 2003, p. 263 apud MORAES, 2014, p.32)

Conforme Paiva (2003) apud Moraes (2014), em meio ao crescimento de experiências de educação popular, a Igreja Católica desenvolveu o “Serviço de Assistência Rural”, pensado para a alfabetização e educação das camadas populares do campo. Com forte apelo junto aos movimentos de trabalhadores rurais, a partir dessa experiência foi inaugurado o Movimento de Educação de Base (MEB) em 1961 no país. Em primeiro momento, o MEB surge para disputar espaço político no movimento de trabalhadores do campo, haja vista as influências da esquerda brasileira nos movimentos rurais. Entretanto, os processos de alfabetização realizados através do MEB estavam inseridos em um contexto mais amplo, onde por meio da educação popular, eram promovidos debates acerca da necessidade de reformas sociais de base no país – como exemplo a reforma agrária. Além disso, pelo envolvimento do MEB com agentes progressistas do Movimento Católico, foram impulsionadas reflexões aos movimentos camponeses sobre o processo de modernização capitalista na sociedade brasileira. Também, com as experiências do

MEB, foram formados diversos sindicatos rurais no sentido de incentivar a organização coletiva das pautas populares do campo.

Portanto, percebemos que a potência do trabalho de base dos movimentos sociais, no período histórico que antecede o golpe civil militar de 1964, incide diretamente na correlação de forças da luta de classes. O trabalho de base em territórios comunitários colaborou para o fortalecimento de um processo de coletivização das relações sociais das camadas subalternas no bojo do desenvolvimento da modernização capitalista, sendo reivindicada a participação popular na arena política do país. O Movimento Católico progressista colaborou decisivamente para a organização de experiências de mobilização popular entorno tanto das reivindicações objetivas das condições de vida dos extratos sociais populares e subalternos como também foi fundamental – sob orientação da Pedagogia do Oprimido¹ – no desenvolvimento de processos educativos que provocaram a reflexão dos setores explorados e oprimidos sobre a realidade social.

Mais adiante, veremos a participação de estudantes de Serviço Social e de assistentes sociais em experiências de educação popular junto à diversos movimentos sociais da classe trabalhadora. Esses contatos estabeleceram importante diálogo de segmentos progressistas do Serviço Social com as bases de crise do tradicionalismo da profissão no Brasil.

2.2. A relação dos assistentes sociais com os movimentos populares e os rebatimentos para o início de crítica ao tradicionalismo no Serviço Social

Gonçalves (2016) aponta que no início da década de 1960, na América Latina, existia uma conjuntura de inquietação social tento em vista as consequências

¹ A Pedagogia do Oprimido se expressa como uma metodologia educativa desenvolvida pelo grande educador Paulo Freire, enquanto alternativa à ideologia dominante. Essa metodologia serviu como base para os processos de educação popular no Brasil. Sobre essa construção pedagógica Freire (1987, p.23) enfatiza que, “a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com sua transformação; o segundo, em que transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação”.

da dominação imperialista. No Brasil, tal inquietação entendia que seria necessário para o povo brasileiro o desenvolvimento do país, desconsiderando seu caráter de capitalismo dependente. Nesse sentido, o Serviço Social se deparou com reflexões sobre sua função no processo de desenvolvimento do Brasil, particularmente no trato com as expressões da questão social.

Na década de 1960 havia tensionamentos sociais voltados para a libertação nacional dos países latino-americanos com a finalidade de “romper com as amarras imperialistas” oriundas das transformações societárias da sociedade capitalista, que aprofundou cada vez a mais a miséria e a desigualdade. As discussões estavam em torno da “superação do subdesenvolvimento” que culminou num questionamento sobre o papel dos assistentes sociais diante das manifestações da questão social. (NETTO, 2005, p.146 apud GONÇALVES, 2016, p.42)

Ainda sob a perspectiva de ultrapassagem do “subdesenvolvimento” rumo a um país desenvolvido, o Estado brasileiro requisita o Serviço Social para atuar no âmbito da reprodução social de maneira mais qualificada e profissional. Essa requisição consistia a partir da necessidade de resposta do Estado frente o agravamento das refrações da questão social devido às modificações das relações de produção e de exploração da força de trabalho. Tendo em vista essa requisição mais qualificada e profissional para a atuação do assistente social, aumentaram-se consideravelmente as instituições de formação profissional e também se ampliou o mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais.

Condições importantes para uma reconfiguração da profissão foram: o processo de laicização da formação profissional com a inserção acadêmica; a criação da pós-graduação, que possibilitou o caminho para pesquisa; a alteração no perfil dos estudantes de Serviço Social, que começou a ser traçado por sujeitos advindos de baixas camadas sociais; o enraizamento de um mercado nacional de trabalho, para além das requisições do Estado, a partir das necessidades e demandas da via privada; e por fim, um processo de assalariamento do assistente social. (NETTO, 2009, p.31).

Martins (2012) considera que o início de contestação ao conservadorismo no Serviço Social brasileiro durante o começo da década de 1960 – a partir da relação de uma vanguarda profissional com lutas gerais das camadas populares – pode ser analisado pelos seguintes fatores, os quais Netto (2015) demonstra:

a) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal. b) a crescente diferenciação das concepções profissionais [...], derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas; c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas; d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa”. (NETTO, 2015, p.177)

Segundo Netto (2015), durante os primeiros anos da década de 1960, elementos significativos para a sinalização da crise do tradicionalismo foram: o amadurecimento de segmentos da categoria profissional pelo contato com outros profissionais e espaços institucionais durante o processo de trabalho – destacando-se as equipes multiprofissionais; o crescimento de setores progressistas na Igreja Católica, se consolidando posteriormente como esquerda católica, que se distanciava do conservantismo tradicional religioso (como evidenciamos no item anterior); o espraiamento do Movimento Estudantil sob referência da esquerda católica, e sua intervenção política nas escolas de Serviço Social; e o contato teórico com boa parte das ciências sociais “imanadas por dimensões críticas e nacional-populares” (NETTO, 2015, p.183).

De acordo com Martins (2012), o Serviço Social surge sem nenhuma identificação direta com as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora, por mais que a profissão vai intervir nas expressões da questão social permeadas pelos conflitos de classes. No entanto, os anos que antecederam à autocracia burguesa no Brasil são característicos pelo envolvimento de assistentes sociais com as lutas populares, seja pela via do contato no exercício profissional, ou seja pela via da militância religiosa.

[...] da origem da profissão entre nós até meados da década de 70, a organização política do Serviço Social e suas entidades representativas revelavam um cariz conservador, traçando um caminho distante e contrário aos projetos da classe trabalhadora até o processo de ruptura iniciado na década de 60. (MARTINS, 2012, p. 23)

Como escrevem as autoras Duriguetto e Marro (2016), a relação mais direta do Serviço Social com as lutas dos movimentos sociais populares e democráticos circundam os primeiros anos da década de 1960, com a referência marcante nos

processos de experiências populares. As estudiosas destacam que essa relação se estabelece com mais pujança devido aos suportes do Movimento de Reconceituação latino-americano.

A condição para essa primeira aproximação foi a formação e a atuação política de movimentos e organizações dos trabalhadores que se desenvolveram em meio à conjuntura internacional de uma contrarrevolução preventiva do capital que teve agudos rebatimentos no continente. (DURIGUTTO e MARRO, 2016, p.98-99)

No curto período, que antecede o golpe civil militar de 1964 no Brasil, em articulação com as movimentações sociais entorno das chamadas reformas de base, que acontece a sinalização para o que as estudiosas Duriguetto e Marro (2016) descrevem como a base do processo de crise do tradicionalismo do Serviço Social brasileiro. Ou seja, é a partir da relação de segmentos profissionais com as lutas, movimentos sociais, organizações populares e vertentes da igreja católica vinculadas à teologia da libertação que se expressa no cenário profissional um alicerce para o processo de questionamento às concepções conservadoras do Serviço Social no Brasil.

Expressões significativas da denominada crise do tradicionalismo da profissão no Brasil foram as intervenções profissionais de assistentes sociais sintonizados com o projeto de Desenvolvimento de Comunidade – com referências teóricas de Paulo Freire. Na conjuntura de espraiamento das lutas populares dos movimentos urbanos e rurais no período anterior ao golpe civil militar, um dos fatores que possibilitou o contato profissional de assistentes sociais com as experiências de educação de base junto aos movimentos populares foi o exercício profissional a partir das técnicas de DC que viabilizava a aproximação com a vida comunitária. (DURIGUETTO e MARRO, 2016)

Sem dúvidas, o DC está entre as principais estratégias do governo de integração dos esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social. Ele faz parte das preocupações desenvolvimentistas da época (de crescimento econômico e progresso tecnológico), com o objetivo particular de aprofundar os valores e práticas da vida moderna nas comunidades, estimulando os homens e mulheres a imitar os parâmetros da forma de ser em sociedade dos países desenvolvidos. No final da década de 50, portanto, expande-se no Brasil o DC numa perspectiva modernizante, cuja projeção cultural traz por “consequência a abertura de um mercado de consumo para os produtos industrializados e a modernização da mão-de-obra para preencher as exigências do mercado de trabalho”, agora com forte cunho urbano-industrial. (MORAES, 2014, p.52)

De acordo com Moraes (2014) referenciada em Souza (2008), o Estado reconhecia o “desenvolvimento comunitário” como estratégia de adequação social à ordem vigente, pois eram necessitadas novas maneiras de consenso social para além da coerção. É para atuar nas tensões sociais que o Estado irá demandar do Serviço Social a intervenção em comunidades pela via da “ação social”, sendo tal demanda orientada por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Dessa forma, o desenvolvimento do trabalho do Serviço Social em comunidades é estimulado pelo Estado enquanto mecanismo de integração social, ou seja, como estratégia de inserção das camadas populares ao projeto de modernização conservadora do capital.

Dado esse cenário, era colocado para o Serviço Social o cumprimento da “função particular de executar técnicas e programas relacionados ao Desenvolvimento de Comunidade no Brasil” (MORAES, 2014, p.53). Sob esse aspecto, a profissão atuou junto às problemáticas da realidade brasileira a partir do desenvolvimento de ações em territórios comunitários para responder às requisições do Estado. Enquanto técnica utilizada para o trabalho junto às comunidades, os assistentes sociais lançavam mão de metodologias educativas para organizar as necessidades comunitárias. Alguns profissionais acreditavam que os problemas sociais poderiam ser solucionados a partir da adequação social do indivíduo na sociedade. No entanto, outros profissionais pensavam que somente através da via política de reformas sociais que as desigualdades poderiam ser realmente respondidas. Essa parcela mais progressista de assistentes sociais observava a organização comunitária como instrumento coletivo de viabilização de tais reformas sociais.

Conforme Netto (2015), mesmo que o suporte teórico-metodológico peculiar do Desenvolvimento de Comunidade se mostrasse como acrítico e não apresentasse pressupostos de contestação ao tradicionalismo da profissão, “ele abria uma fenda num horizonte de preocupações basicamente microssociais” (NETTO, 2015, p.180). Ou seja, algumas experiências mediadas pela intervenção profissional de assistentes sociais a partir das técnicas do DC oportunizavam reflexões, mesmo que no plano limitado da percepção da realidade de maneira superficial ou aparente e imediata.

O contato de assistentes sociais com a educação popular de base teve como referência a perspectiva freireana para o desenvolvimento de experiências de conscientização política e de questionamentos à ordem socialmente estabelecida. Nesse sentido, parte da categoria profissional hesitava em comungar do entendimento de que a profissão deveria colaborar para a “harmonia social”. É através da inserção de parcela dos assistentes sociais nos processos de educação de base que se resulta a politização dos profissionais acerca da necessidade de contribuição com os processos de organização e mobilização dos movimentos populares que estavam em curso no cenário nacional. Portanto, é a partir da relação com as experiências de educação popular de base que os assistentes sociais puderam desenvolver no interior da categoria sinalizações de uma perspectiva crítica em relação ao movimento da realidade. (SILVA e SILVA, 2011 apud MORAES, 2014)

A partir do exercício profissional, requisitado primeiramente com objetivo de integração social, os assistentes sociais se relacionaram com experiências organizativas de sujeitos coletivos dos territórios em que atuavam. Experiências essas que se referenciavam na educação popular de base. Conforme Iamamoto e Carvalho (2014), a mediação entre o Serviço Social e as experiências de educação popular tem por base os constructos da “Pedagogia do Oprimido”.

Vale lembrar que para as experiências de Educação Popular o território comunitário é compreendido pela interlocução de dois pontos importantes. Um, ele representa uma área geográfica comum de vivência entre pessoas e grupos e, dois, têm por característica situações de carência e pobreza dos seus moradores. É a partir destes pontos iniciais que o aprofundamento da cooperação mútua e auto-organização das camadas populares se transformam, pela práxis, em “ações comunitárias” no sentido da Pedagogia do Oprimido. Isto é, ações sociais relacionadas a “uma forma de cooperação que tem como objeto e objetivo a superação das barreiras no nível da comunidade que impedem o desenvolvimento do homem enquanto ser coletivo”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007, 357 apud MORAES, 2014, p.54)

Segundo Moraes (2014) a partir de Souza (2008), as experiências de educação popular estimulavam a prática da cooperação e solidariedade entre os sujeitos de um mesmo território, colaborando para superar a compreensão limitada da ajuda mútua e potencializar o caráter reivindicatório das necessidades comunitárias. A educação popular de base também incentivava formas de organização política como associações de moradores, sindicatos, partidos políticos e

outros sujeitos coletivos que propiciassem a mobilização coletiva. Logo, ao se aproximar dos territórios comunitários para o desenvolvimento de suas ações, o Serviço Social dialogou com essas formas de organização coletiva e participou dos processos de cooperação comunitária no que se refere tanto a prática da ajuda mútua quanto às ações de organização e mobilização popular – sendo esta última com mais intensidade.

Nesse sentido, ao adentrarem nas comunidades para intervir a partir das técnicas do DC, os assistentes sociais se relacionavam com as experiências populares de organização dos sujeitos. Ao mesmo tempo em que os sujeitos coletivos das comunidades buscavam maneiras de identificarem e encaminharem propostas de soluções para as necessidades coletivas dos territórios, o Serviço Social se aproximava com objetivos institucionais para executar ações de integração social. Mas devido ao contato com as distintas maneiras de organização política das camadas populares, o próprio movimento do real potencializado pelas experiências de educação de base provocou reflexões para os assistentes sociais sobre a realidade social e sobre o direcionamento do exercício profissional do Serviço Social.

Por conta disso, o movimento de aproximação com a práxis social das comunidades nos anos pré-64 corresponde uma mediação histórica fundamental para que a profissão, num futuro não tão distante, venha construir a perspectiva teórica Intenção de Ruptura, voltada à defesa pela transformação social da sociedade brasileira. Nomes importantes do Serviço Social brasileiro (que inclusive participaram ativamente do processo de formulação desta perspectiva teórica) são unânimes em considerar os anos anteriores à Ditadura Militar como o início dos questionamentos profissionais ao status quo. (MORAES, 2014, p.55)

Conforme Netto (2015, p.184), são nos primeiros anos da década de 1960 que se constituirão os fundamentos sociais e políticos para a vertente “intenção de ruptura com o conservadorismo” no Serviço Social, impulsionada para sua “maturação” a partir do final da década de 1970 e início de 1980. Pois é no período que antecede o golpe civil militar no Brasil, que assistentes sociais experimentaram o desenvolvimento de outras técnicas de intervenção, até então distintas das intervenções tradicionais – caso e grupo. Foi a partir disso que a prática profissional do Serviço Social começa a se movimentar de uma compreensão individualizante sobre a realidade para uma preocupação com a comunidade, ou seja, com o coletivo.

De acordo com Moraes (2014), a partir dos grifos de Pinheiro (2010), boa parte dos profissionais e estudantes que se localizavam nos setores mais progressistas do Serviço Social estava ligada à militância religiosa, principalmente vinculada à teologia da libertação. Além do contato com as experiências de organização popular no âmbito do Serviço Social, seja em relação ao processo de formação profissional ou referente ao exercício profissional, parte desses sujeitos já tinha contato com as ações da educação popular de base pela via da militância.

Ainda sobre esse assunto, vale registrar que a “esquerda cristã” tem forte influência sobre os Assistentes Sociais deste período, seja por meio das escolas e do movimento estudantil. O rompimento de parcela do meio profissional com a tradição conversadora da instituição partirá, essencialmente, do interior do próprio movimento católico. É importante ressaltar que o momento em que o meio profissional começa a ampliar-se – ampliação essa que ocorre diante de uma demanda objetiva do aparelho do Estado e das empresas – coincide com a intensificação da radicalização política que caracteriza o colapso final do populismo. A partir de várias frentes, o meio profissional passa a ser pressionado a posicionar-se mais concretamente em face do debate que atravessa a sociedade, podendo ser sintetizado naquele momento na questão das “Reformas de base”, entre transformações estruturais da sociedade e a perspectiva da modernização, da aceitação da função “civilizatória” do capital estrangeiro, etc. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 361)

Outro fator importante para o processo de renovação da profissão no Brasil foi o Movimento Estudantil articulado diretamente com experiências populares de natureza religiosa progressista. Por meio, principalmente, da Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), Movimento de Educação de Base (MEB) e Ação Popular (AP) estudantes de Serviço Social deram início as contestações sobre a formação profissional ainda conservadora. (PINHEIRO, 2010, p.46 apud MORAES, 2014, p.34)

Conforme as apreensões de Moraes (2014) sob referência de Pinheiro (2010), a JUC desempenhou, entre as décadas de 1950 e 1960, um papel merecedor de destaque devido a sua articulação com movimentos populares de bairros operários. A partir da JUC, estudantes universitários mantinham contato direto com a realidade de territórios periféricos, participando de vivências comunitárias e se relacionando com os processos de mobilização e organização popular. Diante disso, discussões acerca da questão social eram cada vez mais acentuadas, contribuindo para alterações da percepção dos estudantes sobre a própria realidade, ou seja, “abandonar suas reflexões corporativas para se aproximar do personalismo comunitário” (MORAES, 2014, p.57). É destacável também que, em anos

posteriores, as experiências políticas vivenciadas pelos estudantes que integravam a JUC auxiliaram na elaboração do Método BH, quando se teve a sistematização de uma alternativa teórico-metodológica e política ao conservadorismo.

Muitos desses estudantes engajados com a luta política dos movimentos populares e religiosos progressistas, depois de formados, entraram para a docência e se tornaram uns dos primeiros profissionais a contestar fortemente o tradicionalismo e o conservadorismo no Serviço Social.

A vida e obra da professora Marilda lamamoto é um exemplo elementar deste processo. [...] as reflexões teóricas de lamamoto fazem parte do segundo tempo histórico de construção da perspectiva Intenção de Ruptura (o primeiro é a experiência belorizontina). Suas reflexões, por conseguinte, estão calcadas nas suas experiências vividas através da militância na esquerda católica. No campo do Serviço Social, a resistência à ditadura não passou essencialmente pelo Partido Comunista ou por sua influência: deveu-se – especial, mas não exclusivamente – às lutas de companheiros da esquerda católica. Marilda lamamoto, por exemplo, (e poderia citar muitas companheiras mais), vem da esquerda católica. Eu diria que a presença dos comunistas no Serviço Social foi, até então [anos 1980], uma presença residual. (NETTO, s/d, s/p apud MORAES, 2014, p.56-57)

De acordo com Moraes (2014), parte considerável da categoria profissional de assistentes sociais somente reconheceu com mais nitidez a potencialidade daquelas formas de organização e mobilização popular, as quais entraram em contato a partir do exercício profissional orientado pelas técnicas do Desenvolvimento de Comunidade (DC), durante a segunda metade dos anos da década de 1970 devido a ocorrência do conhecido Método BH entre 1972 e 1975. Mesmo sendo direcionado o trabalho profissional através do viés da integração social, as experiências populares as quais assistentes sociais tiveram contato durante os primeiros anos de 1960 possuem papel singular no desenvolvimento do processo de construção de alternativas progressistas para os rumos do Serviço Social no Brasil.

De acordo com Netto (2015), um momento histórico da profissão, que demarca a posição conservadora da categoria em relação à compreensão da realidade nos limites do capitalismo, foi no II Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1961, no qual a tônica do debate consistia nas maneiras de integração das comunidades atendidas pelo Serviço Social no processo de “desenvolvimento moderno” do país. O conjunto da categoria profissional deveria, naquele período histórico, contribuir enquanto profissão com as mudanças em curso na sociedade brasileira, auxiliando no caminho de crescimento econômico e social em escala

nacional. Então, a ação profissional referenciada pelo DC era considerada “aquela área do Serviço Social a receber dinamização preferencial, situada como a ponta da profissão e a mais compatível com o conjunto de demandas da sociedade brasileira” (NETTO, 2015, p.181). No entanto, mesmo com a posição majoritária da categoria em facilitar o movimento do capital por meio da perspectiva modernizadora, parte dos assistentes sociais vinculados aos movimentos populares, principalmente aqueles inseridos na militância da esquerda católica, não tinha acordo com a direção conservadora da profissão.

Nesse sentido, o conjunto de assistentes sociais brasileiros decide contribuir de fato com o projeto de desenvolvimentismo no Brasil. No entanto, os caminhos e os objetivos de tais contribuições da profissão não aconteceram homogeneamente – existia tensão política no interior da categoria, que se expressava por meio de três “vertentes” distintas no que tange ao exercício profissional junto às camadas populares a partir da perspectiva do DC:

[...] uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alterando o âmbito de sua intervenção; outra que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrosocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas. (NETTO, 2015, p.184).

Segundo Netto (2015), esta última perspectiva que compreendia o DC, como um dos dispositivos para a transformação da realidade para além do capitalismo, era defendida por grupos minoritários diante o conjunto da categoria, os quais possuíam íntima relação com as comunidades populares. Esta vinculação basilar se devia à inserção desses profissionais no cotidiano da vida comunitária, entendendo-se que viver as relações de solidariedade estabelecidas nas comunidades os permitia experimentar a potencialidade social comunitária, empregando meios que poderiam objetivar os interesses coletivos.

A partir do golpe civil militar de 1964, com a instalação do regime autocrático burguês no Brasil, o processo de modernização capitalista vergou-se para via da força e as experiências de organização popular sofreram gigantesca repressão. Nesse cenário pautado pela coerção, houve rupturas no desenvolvimento dos

processos de educação popular de base, sendo desmanteladas as experiências comunitárias. Entretanto, mesmo com todo autoritarismo do regime as lutas e movimentos populares não se findaram – passaram por um declínio organizativo e de mobilização. Com isso o Estado, sob o regime antidemocrático, ampliou os processos de DC com conotação de integração e ajustamento social, impedindo as iniciativas com perspectiva de educação popular.

A Ditadura Militar modificou substantivamente o cenário em que ele vinha se desenrolando, com a neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, e, assim, cortou-lhes os efetivos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista ao Serviço Social “tradicional”. Neste sentido, [...] as vertentes que, no “processo” do Desenvolvimento de Comunidade, revelaram-se compatíveis com os limites da autocracia burguesa encontrariam um campo aberto para o seu florescimento. (NETTO, 2015, p.184-185)

2.3. O golpe civil militar de 1964: impeditivo autoritário para o desenvolvimento das experiências populares e de sua relação com os setores progressistas do Serviço Social.

O golpe civil militar brasileiro de 1964, além de se desdobrar em um regime autocrático burguês o qual se propôs em reprimir e controlar as movimentações populares e democráticas no país para a garantia de uma correlação de forças favoráveis para a classe dominante interna, também “foi um episódio de um processo mais amplo: o processo de uma contra-revolução preventiva implementada em escala mundial” (NETTO, 2009, p.16). Sendo que tal processo teve como principal apoiador externo os Estados Unidos, em prol da hegemonia imperialista. (NETTO, 2009)

Nos grifos de Netto (2009), verifica-se que durante o regime autocrático burguês brasileiro acontece uma relação entre os interesses externos imperialistas com interesses da burguesia agrária nativa, através da burocracia estatal. Ao mesmo tempo em que se garantia o desenvolvimento dos monopólios imperialistas, também se manteve a integração das conveniências do latifúndio.

[...] o Estado autocrático-burguês redefiniu as condições institucionais do esquema da acumulação em expresse proveito do grande capital,

fundamentalmente dos monopólios imperialistas. Este foi cerne da função assumida pelo Estado: garantir a continuidade do desenvolvimento dependente e associado e, com forte intervenção no campo econômico, operando como repassador de renda para os monopólios; e mediar conflitos intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais – ao mesmo tempo em que atendia, não sem colisões, aos interesses de seus associados nativos. (NETTO, 2009, p.21-22)

Ainda durante o primeiro lustro do regime, camadas sociais que apoiaram a instalação da ditadura, como a pequena burguesia urbana, começaram a se sentir desfavorecidas e migraram-se, não em sua totalidade, para o lado de oposição ao regime. Afinal, “o Estado autocrático-burguês não poderia atender aos interesses do conjunto da coalizão golpista – ele servia basicamente ao grande capital” (NETTO, 2009, p 22).

O apogeu da ditadura, que esquematicamente pode ser situado entre o AI-5 e o processo eleitoral de 1974, não se garantiu tão somente com a utilização do terrorismo estatal: peça importante neste período consistiu no desempenho da economia, cujo crescimento real propiciou a retórica do “milagre brasileiro”. Mas o “milagre” não resistiu à sua primeira prova: foi a pique com a crise capitalista mundial que, deflagrada com o chamado “primeiro choque do petróleo” e agudizada em 1975-1976 (cf. Mandel, 1990), rebate fortemente aqui, demonstrando a mistificação do mote “Brasil potência”, e colocando a nu a vulnerabilidade do país. (NETTO, 2009, p. 22-23)

Conforme Netto (2014), o significado do golpe de abril de 1964 no Brasil, além ser orientado pela adequação do desenvolvimento do país à dinâmica do processo de internacionalização do capital, também objetivou imobilizar os sujeitos coletivos da classe trabalhadora que resistiam à dominação imperialista e se fortaleciam em uma perspectiva democrático-popular. Quando os movimentos sociais e populares se potencializaram na cena política a tradição antidemocrática dos setores dominantes apareceu com mais intensidade para impedir a intervenção das forças populares na dinâmica da sociedade.

[...] entendemos que as lutas sociais então registradas não colocavam em xeque, imediatamente, a ordem capitalista: colocavam em xeque a modalidade específica que, em termos econômicos-sociais e políticos, o desenvolvimento do capitalismo tomara no país. É bastante provável que tais lutas, se originassem um reordenamento econômico-social e político efetivamente mais democrático, e desembocassem num quadro revolucionário. Os estrategistas das classes dominantes tiveram consciência dessa provável evolução e, por isto, sintonizados com a contrarrevolução preventiva em escala mundial, trataram de abortá-la com o golpe de abril. (NETTO, 2014, p. 77)

No caminho golpista e antidemocrático do regime imposto, as experiências populares sofreram forte repressão por serem observadas como potencialidades de

subversão à ordem. Diversos movimentos sociais perderam o direito de existir legalmente e lideranças populares foram politicamente perseguidas, presas, torturadas e mortas.

Os grupos da esquerda católica tiveram o desenvolvimento de seus trabalhos junto aos territórios comunitários interrompidos, pois a intervenção política de tais sujeitos coletivos – referenciada na educação de base – contrariava a promoção da “harmonia social” na ditadura. A militância religiosa que atuava nas organizações do movimento católico progressista passou a ser reprimida tanto pelo regime ditatorial como também pela própria Igreja.

A Esquerda católica Brasileira da década de 60 foi a verdadeira precursora do cristianismo da libertação. Em junho de 1964, depois de dois meses de reflexão, a Conferência dos Bispos (CNBB) publicou uma declaração de apoio ao Golpe. Militantes cristãos da JEC, JUC e da JOC e da Ação Católica em geral foram caçados pelas novas autoridades, a Esquerda Católica foi esfacelada pela repressão e marginalizada. (LÖWY, 2000, p. 141 apud MORAES, 2014, p.92).

Em acordo com NETTO (2015), os setores conservadores do Serviço Social obtiveram a vantagem de poder caminhar com o processo de modernização conservadora no interior da profissão. E as experiências de contato do trabalho profissional com as organizações populares foram drasticamente interrompidas, tendo em vista toda a conjuntura social e política do regime autoritário.

No contexto da ditadura civil militar, além da forte intimidação dos setores progressistas no Serviço Social, existiam segmentos da categoria que apoiaram abertamente o regime, assim como também parcela da categoria procurava se omitir frente à perversidade da autocracia burguesa. Netto (2009) ressalta que os assistentes sociais brasileiros sempre foram participantes da política, com consciência de tal participação ou não. Afinal, a omissão pode ser “a forma mais inconsciente de participação política” (NETTO, 2009, p.27).

Na verdade, o Serviço Social nunca esteve ausente da cena política durante o ciclo ditatorial aberto com o golpe de abril de 1964. Ao longo de todo o ciclo ditatorial incontável contingente de assistentes sociais apoiou-o abertamente (seja por convicções, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sociais assessoraram serventuários da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos,

naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática. Mas é igualmente falso supor que todo esse corpo profissional foi um obediente batalhão a bater continência aos donos do poder. De 1964 a 1979 uma diminuta minoria de profissionais, docentes e estudantes, resistiu à ditadura pelos meios que encontrou e boa parte deles recebeu do regime a resposta do terror estatal. [...] Enfim, no momento de auge do regime ditatorial não poucos profissionais, docentes e estudantes, foram alvo da sanha repressiva, engrossando o rol das vítimas do terror estatal. Em suma, profissionais, docentes e estudantes de Serviço Social marcaram presença na resistência democrática e no combate à autocracia burguesa. (NETTO, 2009, p.29)

Em contraponto a essa hegemonia conservadora, uma pequena parcela da categoria profissional – incluindo estudantes, além dos assistentes sociais – se mostrava crítica às concepções conservadoras da profissão. Mas dada a forte repressão da ditadura civil-militar, os sujeitos localizados no campo progressista sofreram diretamente e tiveram significativas dificuldades para disputar politicamente o direcionamento social da profissão.

Segundo Sposati (2009), na ação profissional e na formação acadêmica, o Serviço Social estava referenciado por concepções de cunho positivista, seguindo os moldes do referencial europeu e norte-americano. Entretanto, com o início do Movimento de Reconceituação Latino-Americano possibilidades de crítica ao conservadorismo se reiniciaram. Assim como descreve Netto (2005), o que o marca o início da reconceituação é o episódio do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social.

Conforme Martinelli (2009), o I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, sediado pela PUC do Rio Grande do Sul em 1965 se caracterizou como marco episódico que estabeleceu definições críticas ao tradicionalismo da profissão. Tal evento se expressou pela sinalização de rompimento com as referenciais teórico-metodológicas positivistas do Serviço Social e com a Doutrina Social da Igreja Católica. De maneira estratégica, foi aprovada no Seminário a criação da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS). E como o Brasil passava pelo regime autoritário da ditadura civil militar, elegeu-se a cidade de Lima, no Peru, para ser sede da Associação. No entanto:

“o movimento, estimulado posteriormente pelo Instituto de Solidariedade Internacional (agência da Democracia Cristã germânica) desenvolveu-se como tal até meados da década de 1970 quando, dadas as ditaduras implantadas no Cone Sul, faltaram-lhe condições políticas para prosseguir” (NETTO, 2005, p.09).

Tendo em vista o contexto de aumento das desigualdades sociais, de empobrecimento crescente e de alteração no perfil profissional do Serviço Social, uma parcela de assistentes sociais, a partir do trabalho profissional, retomou timidamente o contato com movimentos sociais da classe trabalhadora e puderam desenvolver trabalhos articulados com organizações políticas, norteando-se pelas influências do movimento de reconceitualização presente na América Latina. (FALEIROS, 2009)

Esse movimento foi impulsionado pela crítica ao serviço social funcionalista, adotando uma referência marxista, como expresso nos projetos das Escolas de Serviço Social da Universidade Católica de Valparaíso – Chile e PUC de Belo Horizonte. Como assinala Faleiros (2008), esse movimento é diversificado, mas se articula a uma ruptura com a visão integradora assistencialista, positivista e liberal bem como com a visão tecnocrática e propõe sua articulação a um processo participativo a partir da relação política com a transformação da estrutura. Tanto a Alaets – Associação Latino Americana de Escolas de Serviço Social como o Celats – Centro Latino Americano de Trabalho Social fortalecem a reconceitualização. (FALEIROS, 2009, p.47)

Segundo Faleiros (2009), no ano de 1974 aconteceu, no município do Rio de Janeiro, o I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), caracterizado por reunir uma quantidade significativa de profissionais. O autor esclarece que, a partir de uma análise do Serviço Social no Brasil realizada pela Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, o episódio do I CBAS expressou:

[...] referência à reconceptualização e de se falar algumas vezes da necessidade de uma elaboração mais próxima da realidade brasileira, o que se pode dizer do serviço social brasileiro é que de modo geral é que ele segue desempenhando acriticamente as funções de contribuir para a reprodução do sistema capitalista através da perspectiva desenvolvimentista assumida pela profissão. (FALEIROS, 2009, p.49 apud ESSBH, s/d, p.154)

Vale ressaltar a formulação do Método BH, elaborado pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais durante a primeira metade da década de 1970, para as discussões teórico-metodológicas da formação e do exercício profissional que ocorreram no interior da categoria, organizadas pela então ABESS (atualmente ABEPSS). Segundo NETTO (2015), o desenvolvimento do Método BH colaborou intensivamente para a construção de um projeto profissional crítico às práticas conservadoras do Serviço Social, até então hegemônicas. Também é importante destacar a relevância da criação do primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social na PUC-SP, que demonstrava

aproximação com o marxismo a partir do contato com as ciências sociais. “Esses condicionantes são impulsionadores do projeto denominado intenção de ruptura, em sua gênese, desenvolvimento e consolidação, considerados como processo de ruptura” (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.61).

Outro marco significativo é a contribuição expressiva do Grupo de Minas Gerais, em articulação com o CELATS, apoiando o processo organizativo e político da categoria profissional, além de avançar na construção teórica, elaborando o histórico documento Método BH, firmado na perspectiva marxista. (MARTINELLI, 2009, p.103)

Sob uma perspectiva ainda “juvenil”, o movimento de renovação da profissão no Brasil ao questionar o tradicionalismo acabava por menosprezar a intervenção institucional, entendendo-a como mecanismo de requisições referente à manutenção da ordem. E apostava em práticas alternativas por fora da institucionalidade, de modo que pudesse haver possibilidades de fortalecimento da organização popular. (SPOSATI, 2009).

Trabalhar nas instituições (como já lembrado) era reproduzir a ordem e a subalternidade, e não a emancipação. A saída ou “as brechas” (como era caracterizada), supunha caminhar com “um pé dentro e um pé fora da instituição”. Era preciso encontrar estratégias para se confrontar o poder autoritário. O horizonte era a organização popular. Os serviços não eram propriamente direitos de acesso, mas meios para a organização da demanda, ou seja, a população era organizada na luta para se contrapor ao Estado, ganhando espaço e voz para que pudesse falar de suas necessidades. (SPOSATI, 2009, p.87)

É importante lembrar que, mesmo em uma conjuntura marcada pela ditadura, experiências de contato com territórios comunitários por parte de estudantes de Serviço Social e de assistentes sociais colaboraram para a elaboração do método BH. A reaproximação com a vida comunitária e com as formas de organização popular possibilitaram ao Serviço Social – juntamente com outros determinantes – o reflorescimento da articulação do trabalho profissional com os processos de politização da questão social através da mobilização das camadas populares. As retomadas de tais experiências se darão com mais intensidade a partir no final da década de 1970 com o destensionamento da ditadura rumo à reabertura democrática em meio à efervescência política dos movimentos sociais da classe trabalhadora.

3. O PROTAGONISMO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: CONTRIBUÇÕES PARA A RUPTURA COM O CONSERVADORISMO DA PROFISSÃO

3.1. A conjuntura da efervescência política dos Movimentos Sociais entre as décadas de 1970 e 1980 no Brasil

De acordo com Antunes (1985), configurando-se o início do processo de abertura democrática, gradualmente, a partir dos últimos anos da década de 1970, foram desenvolvidas grandes mobilizações populares e sindicais, com amplo apoio dos diversos setores assalariados, conjuntamente à intensificação das reivindicações das massas trabalhadoras através do movimento contra o encarecimento do custo de vida – abria-se neste momento o período do novo sindicalismo. O Movimento Estudantil, organizado hegemonicamente pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que até então estava em situação de perseguição pelo regime autocrático burguês, volta à cena política compondo a vanguarda dos atos de rua com o movimento sindical e demais setores populares.

Mesmo com a forte repressão aos movimentos populares e democráticos, a partir das grandes greves do ABC paulista, a classe operária se colocou como ponta de lança para os processos de oposição à ditadura civil militar. Era nítida a expressão da luta de classes na imersão das movimentações operárias, o que estimulou a luta coletiva contra o regime, somando-se ao processo de enfrentamento dos movimentos sociais que lutavam contra o custo de vida, pela anistia, por acesso a bens e serviços, dentre outros como o movimento estudantil. “Tais movimentos, em geral de caráter policlassista, viram-se galvanizados pela reinserção, na arena política, da classe operária, cuja organização sindical experimentou rápida vitalização com potencia da combatividade.” (NETTO, 2009, p. 25).

O protagonismo operário opera uma viragem no processo político: arrastando consigo, e conferindo-lhe um sentido político anti-ditatorial, o caudal de demandas econômico-sociais reprimidas da massa urbana, desperta e mobiliza para a participação cívica amplos segmentos da

população. [...] Em suma, o protagonismo operário traz à tona a crise do regime ditatorial, torna-a inteiramente visível no final dos anos 1970 e a conduz a seu momento terminal: compele a oposição burguesa a avançar, inviabiliza a reprodução do regime ditatorial e cria condições para projeções societárias diferentes no Brasil. (NETTO, 2009, p. 26-27).

Mesmo com uma taxa média anual de crescimento elevada no país, isso não refletia em distribuição da riqueza socialmente produzida. Pelo contrário, ao mesmo tempo em que o custo de vida aumentava escandalosamente o valor real do salário ficava quase estagnado, por conta da política econômica de arrocho salarial da ditadura. O alto custo de vida, a concentração de riquezas e o agravamento das desigualdades sociais, no período do regime militar, não eram somente resultados de uma crise econômica, mas sim uma crise de legitimidade política e social da autocracia burguesa. (FALEIROS, 2009)

Tal crise de legitimidade foi intensificada com as mobilizações populares, encabeçadas pelo sindicalismo. Os movimentos sociais de trabalhadores ao tornarem públicas suas diversificadas reivindicações, as quais possuíam horizonte unitário comum, contribuíram de maneira significativa para a derrota do regime autocrático. No âmbito do sindicalismo, tivemos a expressividade das lutas contra o arrocho salarial somadas aos processos reivindicatórios dos movimentos populares e democráticos contra o alto custo de vida e por serviços públicos de qualidade, como saúde, moradia e transporte, além do movimento estudantil, que denunciava a repressão nas universidades e fazia coro pelas liberdades democráticas. (FALEIROS, 2009)

O novo sindicalismo emergiu de forma expressiva no ABC paulista, numa onda grevista, em maio de 1978. Segundo Silva (1994:55), entre 1978 e 1981, 5.300.000 trabalhadores utilizaram-se da greve como forma de luta para encaminhar reivindicações, com greves em todos os estados e de diferentes categorias. Em São Paulo concentra-se quase a metade (47%) desses trabalhadores grevistas. Ao mesmo tempo, havia uma mobilização popular nos bairros com grande expressão das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs. [...] As CEBs articularam muitas dessas lutas de bairro, contribuindo para formar sujeitos políticos na luta por condições de vida na própria comunidade, fazendo a formação política dos seus participantes no processo de reivindicações por creches, postos de saúde, pronto-socorros e moradias. (FALEIROS, 2009, p.45)

A partir de então, teve-se um cenário de uma efervescência política protagonizada pelo movimento sindical, através da construção de grandes assembleias de trabalhadores e com posicionamentos públicos de diversas lideranças sindicais. Sader (1988) salienta que a conjuntura desse processo se

antagoniza com o passado, até então recente, de silêncio dos conflitos no âmbito do trabalho, pois o momento em questão evidenciou de maneira pública as expressões dos conflitos das relações de trabalho.

Conforme Sader (1988), os sindicatos da categoria de metalúrgicos tiveram extrema importância para o processo de renovação do sindicalismo brasileiro. Sendo que todos os sindicatos de base fabril estavam localizados na regulação da compra e venda da força de trabalho operária de modernas indústrias, e se destacavam pela movimentação autônoma da base de trabalhadores que publicizavam os conflitos no âmbito do trabalho. Foram esses setores da classe operária que impulsionaram a insurgência do sindicalismo crítico à velha estrutura sindical, consolidando o novo sindicalismo.

Como expõe Mattos (2009), o período do novo sindicalismo no Brasil – no final da década de 1970 – foi também caracterizado pelo grande número de greves, das variadas categorias profissionais, tendo milhões de trabalhadores ligados à movimentos grevistas.

O crescimento dos movimentos grevistas tem suas explicações na reivindicação básica dos trabalhadores naqueles anos: reajustes salariais que pudessem limitar as perdas provocadas pela inflação, que, com a crise do modelo econômico da ditadura, atingia patamares astronômicos. (MATTOS, 2009, p.121)

Nos grifos de Sader (1988) percebemos que a conjuntura nacional na segunda metade da década de 1970 foi marcada pelo desenvolvimento crescente de mobilizações sociais, principalmente no âmbito da luta sindical, e por uma nítida insatisfação popular com o regime autocrático burguês, tendo em vista os impactos políticos e econômicos da ditadura para a vida da classe trabalhadora. Nesse contexto ocorreram mudanças no discurso do sindicalismo brasileiro – alterações que caminharam progressivamente da conciliação para a contestação.

Ainda sobre as mudanças no discurso do sindicalismo, Sader (1988) aponta que a prática discursiva das lideranças sindicais se dava por meio de valores como a dignidade e o merecimento dos trabalhadores. E ao passar do tempo vai se abandonando a noção de necessidade de conciliação e colaboração com os interesses do Estado.

Inicialmente associada à ideia de um trabalhador honesto, responsável, de comportamento exemplar, cujos interesses estariam identificados com os do desenvolvimento do país. Aparece com a possibilidade de constituição de uma identidade autovalorizada e socialmente reconhecida, construída a partir do trabalho árduo exercido no setor mais moderno da economia brasileira, responsável em grande medida pelas altas taxas de crescimento então experimentadas. A identidade de um trabalhador sério, dotado de uma dignidade profissional específica e de certa forma diferenciada do conjunto da classe. [...] A contrapartida, portanto, do bom comportamento e da adesão ao projeto, é a reivindicação da participação nos frutos do próprio trabalho. (ABRAMO, s/d, p.146 apud SADER, 1988, p.188)

Essa perspectiva de dignidade dos trabalhadores frente as suas reivindicações pode ser identificada no discurso do Lula – militante sindical na época – em uma assembleia com cerca de 90 mil trabalhadores no dia 22 de março de 1979, em meio a uma greve. Ao discursar para a massa de trabalhadores Lula exterioriza desafios aos trabalhadores para defender a dignidade coletiva dos interesses de seus pares com a mesma potência que defendiam seus próprios interesses individuais. Ou seja, “ele estava dizendo que a defesa de seus salários era o modo de afirmarem sua dignidade, e se para isso tivessem de enfrentar desafios, eles deveriam fazê-lo”. (SADER, 1988, p.193)

Discurso: Posso garantir a vocês que a intervenção está pronta, me parece desde o dia 14 ou desde a quarta-feira em que nós entramos em greve, porque algumas pessoas de má fé entenderam ou querem entender que a nossa greve é uma greve política, que a nossa greve é uma greve de desafio ao governo. E nós nunca desafiamos ninguém. O que nós desafiamos, isso sim, foi a nossa capacidade de luta, foi a nossa capacidade de reivindicação, e por isso, nós nos propusemos vir aqui e aqui viemos durante esses dias, e se Deus quiser, quem sabe ainda, vamos vir a partir de amanhã. [...] Nós provamos às autoridades, provamos à opinião pública em geral, que um movimento sério, uma causa justa também é capaz de encher um estádio mais do que muitos times de futebol, dos mais famosos do Brasil, numa segunda-feira às 10 horas da manhã e numa sexta-feira às 5 horas da tarde. O que nós fizemos aqui foi uma verdadeira demonstração de grandeza. E eu acho que nada neste mundo, a não ser lago muito superior à nossa capacidade de briga, pode evitar ou pode fazer com que nós deixemos de nos reunir aqui e deixemos de brigar pelo nosso salário, que é o mínimo que nós temos que fazer. (Jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, 1979, s/p apud SADER, 1988, p.192)

Segundo Sader (1988), os movimentos sociais de trabalhadores buscaram historicamente se sustentar a partir da relevância dos próprios trabalhadores para o processo produtivo, ou seja, a partir de sua localização fundamental nas relações de produção. A vitalidade desses movimentos relacionados diretamente com a regulação da compra e venda da força de trabalho é potencializada pelo reconhecimento dos trabalhadores sobre a importância de seu trabalho na esfera da produção.

Já os movimentos constituídos a partir de trabalhadores precários, de donas de casa, de favelados, tendo por base a esfera da reprodução, teriam de se apoiar em outras referências. Tinham consciência da falta de poder de barganha e pressão na esfera da produção. Desenvolvendo suas reivindicações na esfera da reprodução, não dispunham de um poder no nível econômico para sustentar seus movimentos. Tampouco podiam apoiar-se no plano legal: uma longa experiência mostrava que as referências jurídicas aos direitos a serviços de saúde, transporte, educação, à habitação só existiam nos palanques eleitorais. O poder que haviam tido nas barganhas eleitorais de tipo populista (na troca de votos por promessas de benfeitorias) desaparecera com a instauração do regime militar. Seus movimentos apoiaram-se em estruturas comunitárias, fundadas na solidariedade grupal. Excluídos de empregos estáveis, de direitos consagrados, eles constituíram suas próprias referências. Apoiando-se na Igreja, encontraram tanto uma instituição poderosa em condições de proteger suas lutas quanto, principalmente, um discurso sobre a solidariedade e a justiça em nome dos quais as travavam. (SADER, 1988, p.195)

Como fala Erundina (2009), no bojo da efervescência política e social da autocracia burguesa juntamente com o agravamento da questão social, as camadas sociais de trabalhadores se apresentaram nas lutas sociais por direitos e condições de vida, enquanto reação aos impactos da conjuntura.

Aos poucos a população foi tomando consciência dos seus direitos e de sua força, começando a se mobilizar para exigir mudanças. Foi quando passaram a surgir diversos movimentos populares para reivindicar políticas públicas, destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, por exemplo, o movimento contra a carestia, a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos, de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo ocupavam, o movimento por creches, por serviços de saúde, por moradia, por melhorias urbanas, e tantas outras lutas que marcaram a vida de homens e mulheres do povo, naquele período, o que os tornaram sujeitos políticos construtores da sua própria história. Os assistentes sociais tiveram participação destacada na construção desses movimentos e no encaminhamento de suas lutas, como profissionais comprometidos com os interesses populares, ao mesmo tempo em que se organizavam para reivindicar seus próprios direitos como trabalhadores assalariados. (ERUNDINA, 2009, p.109)

Com o desenvolvimento e o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), as necessidades das camadas empobrecidas eram canalizadas para a organização coletiva de movimentos, que reivindicavam seus direitos ao Estado. Com uma tônica religiosa, as CEB's primavam pela educação de base no sentido de esclarecer que as desigualdades sociais expressadas nas variadas necessidades e carências sociais das camadas populares não eram algo natural que se determinavam pelas diferenças entre os indivíduos. Ou seja, a situação do empobrecimento e da negação de acesso à bens e serviços não poderia ser naturalizada – acreditavam que o modelo de organização societária do capitalismo

não permitia a igualdade das oportunidades e não possibilitava “partilhar de modo mais justo os frutos do esforço comum” (SINGER, 1980, p.92).

[...] a organização que as CEBs oferece aos movimentos de bairro se propõe a uma “démarche” ideológica completamente diferente da que inspirou o mesmo movimento durante décadas anteriores. Em vez de supor que as carências dos bairros periféricos e da população pobre se devem à negligência dos governos, que uma adequada mobilização dos diretamente interessados pode eventualmente superar, estas carências são atribuídas à própria organização social capitalista, a qual tende a encerrar os indivíduos no estreito círculo de seus interesses pessoais. (SINGER, 1980, p.91-92)

Nesse percurso de aumento das lutas sociais, quando a classe operária reassume a cena política do país, movimentos sociais que atuam no âmbito da reprodução social se fortaleceram e participaram ativamente do aprofundamento da luta de classes. Por exemplo, podemos citar os movimentos de bairros que aglomeravam diversas lutas reivindicatórias das comunidades populares.

Conforme Singer (1980), os movimentos de bairro fazem parte da dinâmica social do território urbano da sociedade capitalista. Atuam de forma a organizar coletivamente as necessidades comunitárias, buscando soluções ancoradas tanto na ajuda mútua entre os pares de uma mesma comunidade como, em certo momento, expandem as responsabilidades de suas necessidades para o Estado. Esse movimentos surgem pela falta de acesso de comunidades periféricas e marginalizadas à serviços urbanos, e também pela condição socioeconômica dos moradores empobrecidos de tais comunidades.

As lutas desenvolvidas pelos movimentos de bairro eram diversas. Mesmo assim mantinham a unidade no que se refere às condições de vida dos moradores das comunidades. Os sujeitos coletivos de maior destaque nos movimentos de bairros eram: movimento contra os loteamentos clandestinos; conselhos populares de saúde; clube de mães; movimento por transporte; movimento de favelados; movimento do custo de vida. Todos esses sujeitos coletivos que se organizavam entorno de pautas específicas compunham os movimentos de bairro, pois as lutas desses sujeitos nasciam das necessidades das comunidades – e muita das vezes eram gestados a partir das CEB's. (SINGER, 1980)

Segundo Singer (1980), dada à conjuntura econômica de arrocho salarial e as altas dos preços, o Movimento do Custo de Vida (MCV) tinha uma forte expressão

junto às camadas populares. Esse movimento de forte apelo às bases populares lograva êxito em seu potencial mobilizador, e referenciado na educação política de base movimentava segmentos populares pauperizados que apresentavam um nível de consciência política ainda relativamente baixo. Como tática de mobilização, o MCV propunha reflexão sobre as condições objetivas, apresentando para as massas a seguinte questão: “por que sobe o custo de vida e por que os salários não acompanham esta elevação” (SINGER, 1980, p.100).

Também, além de organizar as reivindicações econômicas das massas populares o Movimento Contra a Carestia (MCC) desenvolvia uma pedagogia reflexiva sobre o contexto social em que estavam inseridos. Utilizavam da educação popular de base, em articulação metodológica com as CEB's, para direcionar os processos reivindicatórios. Como instrumentos de educação popular e de mobilização lançavam mão de diversas maneiras de diálogo com as massas, dentre elas “a criação de jornais, peças de teatro e novas formas de organização como grupos de rua, grupos de senhoras, grupos de jovens e comissões de fábricas” (SINGER, 1980, p.100).

Nos territórios mais pauperizados era desenvolvida a atuação dos Centros de Direitos Humanos em resposta organizativa não só a negação de acesso à serviços para as camadas populares, mas também à violação de direitos e a prática coercitiva do Estado através do braço policial. Nesse sentido que os Centros de Direitos Humanos se constituíram como extensão dos movimentos de bairro, auxiliando nos processos de organização das reivindicações e de mobilização da população pobre, principalmente “favelada”.

Um dos grupos sociais cujos direitos são mais frequentemente violados é o dos favelados, constantemente ameaçados de despejo de suas precárias moradias. Para defendê-los a Comissão de Direitos Humanos se uniu com a Associação dos Assistentes Sociais (APASP). (SINGER, 1980, p.102)

Mais adiante veremos a atuação política das entidades sindicais da categoria de assistentes sociais junto às mobilizações populares. Conforme Abramides e Cabral (1995), nesse processo de efervescência política dos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora, o movimento sindical do Serviço Social participou da articulação popular do período, pautando não somente as questões específicas da categoria em relação à suas condições de trabalho, mas também levantando as

diversas bandeiras de lutas que a classe trabalhadora construía coletivamente. Alguns exemplos da articulação dos assistentes sociais no engajamento com as lutas populares da classe trabalhadora no período do novo sindicalismo no Brasil, Peres (2009) cita:

Quantas lutas! Participamos do 1º Congresso da Mulher Paulista, ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais; do Movimento de Favelas; do evento de 1º de Maio histórico em São Bernardo do Campo (1980); do apoio aos movimentos grevistas da época; da rearticulação dos trabalhadores do serviço público, em que a maioria dos assistentes sociais se inseria; e das reivindicações específicas da categoria, como a luta pelo salário mínimo profissional, cargos e carreiras, práticas profissionais, dentre outros. (PERES, 2009, p.141)

Com a ascensão dos movimentos populares as estratégias de articulação de se ampliaram e se fortaleciam cada vez mais. Como as CEB's estavam relacionadas diretamente com esses movimentos reivindicatórios, aconteciam encontros nacionais das para pensarem coletivamente suas intervenções. É nesse percurso, que no III Encontro Nacional das CEB's, foi colocada a seguinte reflexão para debate: “deve a CEB realizar tarefas substitutivas, que na verdade caberiam ao Estado?” (SINGER, 1980, p.105). Ou seja, é apresentado para o conjunto de sujeitos coletivos que contribuíam para a organização das lutas reivindicatórias dos bairros a importância de serem definitivamente atribuídas ao Estado às responsabilidades com as necessidades das camadas populares. De acordo com Singer (1980), um dos participantes do III Encontro das CEB's exclamou ao coletivo presente em face tal discussão iniciada:

[...] resolveu-se construir uma creche, em mutirão, sendo que o cuidado das crianças ficaria a cargo de voluntárias. Enquanto se fazia a construção as voluntárias se reuniam para discutir o tipo de educação que seria dada. Quando, afinal, os muros da creche já se completavam, as mulheres chegaram sozinhas á conclusão: não ergueriam um trabalho cuja responsabilidade não cabia á elas mas à sociedade... Elas não estavam dispostas a perder o pouco tempo que lhes restava após o trabalho na fábrica, mas preferiam utilizar o tempo que lhes restava para estudar e conhecer os seus direitos, para que pudessem reivindicá-los coletivamente. (SINGER, 1980, p. 105)

Todo o amadurecimento político dos sujeitos coletivos, que compunham os movimentos de bairro, se desdobrou nas lutas por direito à participação popular. Já convencidos de que o Estado deveria garantir meios para responder as necessidades das camadas populares, os movimentos de bairro tiveram o entendimento de que era necessária a garantia da participação popular para que as

demandas das populações fossem consultadas, e também para que os sujeitos historicamente marginalizados pudessem participar das decisões sobre os aspectos sociais, políticos e econômicos que rebatem diretamente nas condições de vida das camadas subalternas. Foi então que começaram a serem reivindicados e conquistados espaços institucionais de participação popular, para que o horizonte político dos movimentos de base não se perdesse quando suas reivindicações específicas e imediatas fossem conquistadas.

A luta contra os loteamentos clandestinos, contra o aumento do custo de vida ou contra a má qualidade do transporte coletivo – nos termos em que é atualmente colocada – só pode alcançar seus objetivos maiores se levar a uma participação popular nas instituições que controlam estes aspectos da vida urbana. A proposta de congelamento de preços de primeira necessidade só tem alguma viabilidade se houver fiscalização dos preços por parte dos próprios consumidores, o que significa, em última análise formas de controle popular do abastecimento alimentar. O mesmo vale para a especulação imobiliária e para a operação do transporte coletivo. (SINGER, 1980, p.106)

No âmbito dos movimentos populares de bairro existiam, como forma de organização das mulheres “donas de casa”, os chamados clubes de mães. Ao analisar as experiências dos clubes de mães, os quais potencializaram o Movimento do Custo de Vida (MCV) posteriormente, Sader (1988) apresenta a importante articulação de tal experiência organizativa com o desenvolvimento das comunidades de base organizadas por segmentos da Igreja Católica.

Padres, freiras e leigos usavam o método Paulo Freire para aulas de alfabetização, promoviam reuniões de casais em que chamavam a atenção para um novo sentido da existência humana, organizavam cursos profissionalizantes onde também opunham a necessária dignidade do trabalhador ao individualismo amoroso da sociabilidade capitalista. (SADER, 1988, p.203)

Ao relatar o cotidiano de reuniões de alguns clubes de mães da cidade de São Paulo, Sader (1988) descreve que além de oficinas de trabalhos manuais, como bordado, aconteciam nos encontros discussões sobre a realidade da vida dessas mulheres a partir de reflexões sobre leituras do Evangelho. Mais uma evidência das contribuições da esquerda católica para os processos de politização das camadas subalternas sobre os aspectos da realidade.

Nessa ótica, problemas que antes eram pensados como naturais e privados – a rotina doméstica, repetitiva e sem sentido; a obrigatoriedade de ficar em casa para cuidar dos filhos; a dependência diante do marido – passam a ser encarados como problemas sociais, que são compartilhados por tantas outras

e que podem ser alterados por novas práticas sociais. (SADER, 1988, p.207)

Diante disso, a partir de sínteses das discussões travadas nos clubes de mães que as mulheres organizavam ações para tornarem públicos e políticos temas os quais elas encaminham como problemas a serem enfrentados. Essas ações se constituíam em reivindicações junto ao poder público sobre questões econômico-imediatas, como acesso à educação, saúde, transporte e diversos serviços públicos, além de também serem realizados mutirões comunitários para resolução de problemas pontuais como limpeza de bairros e construção de centros comunitários.

Com essa dinâmica, os clubes de mães constituem-se em espaços sociais em que as motivações de seus membros tornam-se pontos de partida para um redimensionamento tanto de aspectos da vida doméstica (na medida em que repensam seus papéis de “donas de casa”) quanto de aspectos da vida política (na medida em que passam a pensar as carências de suas condições de vida como direitos que lhes estão sendo negados). (SADER, 1988, p.208)

Ao apontar algumas experiências de organização e ação de alguns clubes de mães, Sader (1988) apresenta uma experiência do clube de mães da Vila Remo, em São Paulo, a qual chama atenção devido à similaridade com possibilidades para o trabalho profissional do assistente social no período.

Na Vila Remo, o primeiro problema coletivo detectado e assumido pelo clube local foi a extensão de casos de verminose. Foram contatadas pessoas do SOF (Serviço de Orientação à Família) para organizarem um curso de enfermagem. [...] Ao mesmo tempo que se transmitiam às mulheres noções de higiene que elas mesmas poderiam adotar, se transmitiam também informações sobre a precariedade dos serviços públicos necessários à preservação da saúde da população. O curso foi um sucesso, tendo começado com 60 pessoas, em 1973, e concluído, em 1974, com 80 participantes. (SADER, 1988, p.211).

Observamos que na conjuntura de reabertura democrática e perda de legitimidade da autocracia burguesa, a classe trabalhadora, por meio de suas formas de organização, escancara publicamente a intensificação das expressões da questão social. É pelo protagonismo do movimento operário no âmbito da produção social que demais movimentos sociais que atuam na reprodução das relações sociais tomaram a cena política e pública do país para impulsionar suas lutas e reivindicações. É nesse contexto de efervescência político-social e de florescimento do novo sindicalismo que as entidades sindicais de assistentes sociais se rearticularam fortemente enquanto espaço de organização política desta categoria profissional.

3.2. O fortalecimento da organização político-sindical dos assistentes sociais no Brasil e a intervenção planejada no “Congresso da Virada”: contribuições para a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social

Conforme Lourenço (2016), uma pioneira forma de organização coletiva dos assistentes sociais no Brasil foi através das associações profissionais enquanto entidades pré-sindicais. Por exemplo, a Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP), criada no ano de 1955, teve uma combativa atuação no percurso de sua história. No entanto, com os rebatimentos da instauração do regime autocrático burguês o processo de organização sindical da categoria foi interrompido, assim como diversos movimentos sociais foram reprimidos pelo caráter autoritário da ditadura civil militar iniciada em 1964.

Apesar de não ser sindicato, a APASSP em primeiro momento, possuía reconhecimento do movimento sindical geral, sendo respeitada por ser uma associação profissional combativa e que tinha representatividade. Além disso, a prática sindical da entidade possibilitou a visão do assistente social como um profissional que se reconhece enquanto trabalhador e que luta pelos interesses da classe trabalhadora respaldado por seu projeto político. (LOURENÇO, 2016, p. 32)

Como estratégia de desenvolvimento das aspirações progressistas endógenas ao Serviço Social no que se referem às reivindicações corporativas, o campo crítico da categoria profissional de assistentes sociais, em uma realidade ainda caracterizada pela autocracia burguesa, inicialmente, optou pela organização política via associações profissionais e não por meio de sindicatos, tendo em vista a possibilidade de autonomia política. Afinal, o sindicato sofria diretamente o controle, repressão e intervenção do regime autoritário. (SPOSATI, 2009)

Posteriormente, no período de reabertura democrática, imersa em uma conjuntura de destaque das lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora enquanto expressão pública dos conflitos de classes, parte da categoria profissional dos assistentes sociais se inseriu em distintas formas de organização política, sendo destacada a organização clássica dos trabalhadores – a organização sindical. A condição primeira para a reorganização político-sindical desses profissionais foi desencadeada por questões objetivas e imediatas, em relação à luta contra os ataques da autocracia burguesa sob os direitos dos trabalhadores – na ambiência do

novo sindicalismo. Haja vista esse processo de organização política de uma vanguarda profissional, rebatimentos na dimensão política do Serviço Social pôde se expressar na disputa pela direção social da profissão, sendo questionado o conservadorismo. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995)

Assim como expressam os grifos de Abramides (2009), no contexto da reabertura democrática, o novo sindicalismo foi um dos principais pilares que impulsionou a ação política articulada dos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora no período. Por exemplo, rebatendo toda essa nova movimentação conjuntural nas ações políticas das entidades sindicais de assistentes sociais a partir da segunda metade dos anos da década de 1970.

No contexto da ambiência político-social e cultural, do final dos anos 1970 aos anos de 1980, as vanguardas profissionais, com militância político-sindical e profissional na categoria se inserem nas lutas sociais em curso na sociedade brasileira, no momento histórico de lutas e conquistas da classe trabalhadora organizada, sob a autonomia e independência de classe. (ABRAMIDES, 2009, p.89)

Todo o viés sindical classista, combativo e autônomo do novo sindicalismo deu forma na atuação política de boa parte dos assistentes sociais enquanto militantes e sindicalistas, provocando uma nova reflexão no que se refere tanto à atuação político-sindical dos profissionais quanto à compreensão teórico-metodológica sobre o Serviço Social, questionando as amarras do Serviço Social tradicional. O que culminou em um relevante debate interno da profissão acerca de um novo projeto profissional que potencializasse o polo da classe trabalhadora na balança da contradição entre capital e trabalho.

Conforme Cardoso (2012), o processo conhecido como abertura democrática, no período de encerramento da autocracia burguesa no Brasil, se expressou para o Serviço Social em distintos aspectos no que tange as modificações no interior da profissão. A organização sindical da categoria profissional de assistentes sociais se constituiu nesse contexto como um alicerce importantíssimo para as transformações da direção social da profissão. Tal contribuição das entidades sindicais do Serviço Social somente foi possibilitada porque esse movimento não era algo endógeno à profissão, os sujeitos envolvidos com o movimento sindical da categoria não estavam limitados às determinações corporativas do Serviço Social, eles estavam articulados com as lutas gerais em curso no país.

Segundo Santos (2010), dado esse processo somado à alteração do perfil dos assistentes sociais, que transitou de mulheres da burguesia para sujeitos advindos da classe trabalhadora, parte da categoria começou a se perceber enquanto partícipe da classe explorada.

Acontece que os assistentes sociais, ao se perceberem como trabalhadores passaram a imprimir uma ressignificação a profissão, demarcada pela politização e conscientização da categoria profissional, repercutindo numa reverberação significativa das entidades profissionais, dado o desempenho que tiveram no avanço político deslançado na construção do atual projeto profissional. (SANTOS, 2010, p.57)

No entanto, de acordo com Pinheiro (2009), pontos dificultadores para a mobilização sindical da categoria se resumia na lentidão do processo de auto-reconhecimento dos próprios assistentes sociais enquanto trabalhadores em condição de assalariamento, e na proibição da organização sindical do funcionalismo público, tendo em vista que a esmagadora maioria dos profissionais estava inserida em espaços sócio-ocupacionais do serviço público.

Uma tese defendida pelo então advogado do Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, Patrus Ananias, ganha foro nacional: antes de sermos funcionários públicos éramos assistentes sociais e, nessa condição, poderíamos nos sindicalizar. Essa bandeira foi uma das que favoreceram a mobilização necessária ao envolvimento da categoria no movimento sindical. (PINHEIRO, 2009, p.134)

Segundo Netto (2009), no contexto final do desenrolar do regime autocrático, com o processo de empobrecimento das camadas médias devido à política econômica da ditadura, caracterizada pela maior concentração da riqueza socialmente produzida e, conseqüentemente, aumento das refrações da questão social, além da mobilização político-social de movimentos operários, movimentos de demais trabalhadores assalariados e setores da pequena burguesia, “o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) traz à cena as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social” (NETTO, 2009, p.27).

[...] o que particulariza a situação do Serviço Social (embora, numa análise mais abrangente de outras categorias profissionais, possam ser identificadas situações similares) é a tardia manifestação opositiva à ditadura por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional: O que sobressai, quando se estuda o Serviço Social sob a autocracia burguesa, é a olímpica “neutralidade” dessas instâncias e fóruns em face do regime ditatorial. De fato, nas suas expressões imperaram, até o III CBAS, o silêncio e a omissão em face da ditadura. (NETTO, 2009, p.30)

Cardoso (2012) destaca que antes da intervenção política das entidades sindicais da categoria na disputa da direção social da profissão, é evidente que a legitimidade profissional do Serviço Social estava sob a hegemonia conservadora. A suposta “neutralidade” da profissão face ao contexto de efervescência político-cultural do período demonstra o posicionamento conservador e intimamente atrelado aos interesses de manutenção da ordem, com objetivos de afrouxar os tensionamentos sociais, cada vez maiores, tendo em vista o acirramento da luta de classes e o agravamento da questão social. Nesse sentido, pode-se constatar nos espaços coletivos da profissão expressões da postura conservadora do Serviço Social – camuflada de “neutra” – sobre os aspectos da realidade social.

Ao analisar o documento de Araxá (1967), pode-se constatar, como descreve Netto (2009), uma expressiva alienação da direção social e política do Serviço Social em face da realidade concreta. O que se mostra como herança nos documentos posteriores, Teresópolis (1970) e Sumaré (1978), tendo em vista, contraditoriamente, as diversas consequências da crise do regime para o agravamento da questão social. O episódio que reflete a interrupção com a herança conservadora de tal análise do real é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o qual, por isso, foi batizado de “Congresso da Virada”.

Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de auto reforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político. (NETTO, 2009, p.30-31)

Dada à efervescência política do período, protagonizada pelo movimento operário, surgiram-se possibilidades para o início de uma expressividade no que se referem alterações na direção sócio-política da profissão no sentido de se romper com as concepções tradicionais e conservadoras do Serviço Social. As inclinações até então minoritárias, haja vista a hegemonia conservadora, puderam gozar de condições favoráveis para suas manifestações e posicionamentos.

É preciso que fique bem claro: o monopólio político conservador no Serviço Social nas instâncias e fóruns profissionais só pôde ser quebrado, ainda que tardiamente, quando da emergência do proletariado na arena política. Contudo, ele só pôde ser quebrado porque no interior da categoria profissional existiam reais potencialidades para tanto. (NETTO, 2009, p.31)

Com todo o aparato coercitivo do regime ditatorial a resistência não pôde ser anulada e, mesmo na clandestinidade, sujeitos coletivos e individuais mantiveram firmemente seus valores democráticos. Parte dos assistentes sociais, que comungavam pelas liberdades democráticas, também se sustentaram e conseguiram ter uma atuação norteadas pelos valores que eram objeto de repressão da autocracia burguesa. Atuação que, nos marcos da crise da ditadura, pôde ser desenvolvida com menos ocultamento de suas reais intenções. Foi nessa direção que a ditadura não conseguiu impedir que parcela dos assistentes sociais conseguisse tomar conhecimento, no contato com as diversas expressões de acirramento da questão social através do exercício profissional, dos “malefícios sociais” impulsionados pelo regime autoritário. (NETTO, 2009)

A ruptura, a “virada”, deixou o terreno da possibilidade para converter-se em realidade graças ao empenho, ao esforço, à pertinácia e à combatividade de umas poucas dezenas de assistentes sociais que jogaram todas as suas energias em duas frentes: na criação de alternativas organizacionais ao conservadorismo e na articulação com colegas que, em outras regiões, movimentavam-se no mesmo sentido. [...] O III Congresso não trouxe a categoria profissional para a cena política, da qual ela nunca esteve ausente: trouxe para a cena política os componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional. (NETTO, 2009, p.32-33)

Conforme Cardoso (2012), a organização sindical da categoria, imersa no conjunto de lutas do novo sindicalismo, se apresentou como elemento estratégico de potencialização das aspirações progressistas dos assistentes sociais que até então eram impossibilitados, pela coerção do regime autoritário, de expressar ativamente seus posicionamentos críticos ao conservadorismo do Serviço Social. Ou seja, a organização político-sindical de parte dos assistentes sociais, em um ambiente de articulação das lutas gerais da classe trabalhadora, foi um dos meios que contribuiu para o fortalecimento do campo progressista da profissão na disputa da direção ética e política do Serviço Social – demarcando posição divergente ao conservadorismo. Além disso, a experiência da organização política por meio dos sindicatos e através do envolvimento com as lutas sociais mais gerais também contribuiu para o processo reflexivo dos sujeitos profissionais sobre a função social da profissão na sociedade capitalista.

Foi nesse cenário que as entidades sindicais da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e, posteriormente, da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), embutidas na perspectiva do

sindicalismo de novo tipo, foram extremamente necessárias no que se refere ao processo de intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social.

As coordenações da CENEAS e as direções das ANAS tinham uma estrutura sindical que prezou pela participação dos assistentes sociais da base, através de planos de gestão local, estadual e nacional que contou com a representação de profissionais de todo o país nos fóruns democráticos. Eram entidades sindicais tinham uma vinculação política com um sindicalismo autônomo e de lutas. (ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p. 141 apud GONÇALVES, 2016, p. 64)

Como forma de organizar e aglutinar o movimento sindical da categoria, foram realizados encontros nacionais sindicais os quais foram decisivos tanto para a mobilização social do período histórico como também para os rumos do Serviço Social a partir do marco do Congresso da Virada – o III CBAS. (ERUNDINA, 2009)

Com o objetivo de rearticulação do movimento sindical da categoria profissional de assistentes sociais, tendo em vista a interrupção política provocada pela repressão da ditadura civil militar, realizou-se o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais em agosto de 1978 sob a coordenação do Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais. A partir de uma significativa influência do documento de BH referente às críticas ao conservadorismo no interior do Serviço Social, o I Encontro Nacional, o qual foi realizado na cidade de Belo Horizonte, simboliza a primeira experiência de reorganização político-sindical da categorial em âmbito nacional e de maneira articulada. Segundo as autoras Abramides e Cabral (1995) a realização do I Encontro Nacional só foi possível através do apoio político e financiamento por parte do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS).

Participaram do evento as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) de São Paulo, Bahia e Goiás e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais – que coordenou o encontro. Dentre os objetivos tem-se o de dar início a um processo de rearticulação da categoria em nível nacional e realizar um mapeamento das entidades sindicais de assistentes sociais existentes no país, para conhecer suas realidades. As deliberações fundamentais desse evento referem-se à questão salarial, que representa a demanda por melhores condições de vida e trabalho para os trabalhadores da categoria, mostrando estreita relação com as demandas do movimento sindical mais amplo. (HORTA, 2009, p. 159 apud LOURENÇO, 2016, p. 37)

Como contam Abramides e Cabral (1995), o II Encontro Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, realizado entre os dias 2 e 4 de novembro de 1978, tratou de pautar estrategicamente o trabalho intersindical e a

intensificação da articulação nacional entre a categoria, além de tomarem conhecimento das perspectivas de atuação política das entidades sindicais presentes, e encaminharem lutas como a defesa do salário mínimo profissional. As entidades presentes no encontro eram:

Sindicatos: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio grande do Norte, Minas Gerais e Ceará; APAS: São Paulo, Bahia e Goiás; ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais – seção Sergipe; ARAS – Associação Regional de Assistentes Sociais de Ribeirão Preto (SP). (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.123)

Conforme os grifos de Erundina (2009), sobre o II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, que aconteceu na cidade de Belo Horizonte em 1978:

Constatou-se, naquele encontro, que a maioria das entidades de assistentes sociais fora criada antes de 1964, ano em que suas atividades foram paralisadas pelo regime militar e retomadas apenas a partir de meados da década de 70, quando a conjuntura política começou a mudar. (ERUNDINA, 2009, p.111)

Nos últimos anos da década de 1970, enquanto experiência de luta unificada, a Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APAS-SP) esteve presente ativamente em lutas por direitos juntamente com diversos profissionais de outras categorias, denunciando a política econômica de arrocho salarial da ditadura e reivindicando demandas econômicas no âmbito do serviço público. Lideranças sindicais da categoria de assistentes sociais, como Luiza Erundina, compuseram comandos de mobilização e de greve, constituindo experiência de inserção em lutas sindicais para além de uma só categoria profissional, haja vista a diversidade de profissionais envolvidos nos processos reivindicatórios. (ERUNDINA, 2009)

Após a experiência das greves setoriais em 1978 no serviço público estadual, organizou-se, em São Paulo, a Campanha Salarial Unificada dos Serviços Públicos, que se constituiu em um canal de expressão das reivindicações dessa categoria de trabalhadores, privada de direitos sindicais e sacrificada pela política de contenção salarial imposta pela elite dirigente. Como Assistente Social da Prefeitura de São Paulo integrei o Comando Geral da greve dos funcionários municipais e a Comissão de negociação, representando também a categoria dos assistentes sociais como presidenta da APAS-SP. Assumi, naquele momento, a liderança do movimento grevista do funcionalismo municipal, o que me possibilitou uma extraordinária experiência de participação política, e para a APAS-SP, a participação na greve trouxe resultados muito positivos, pois levou à mobilização e participação dos assistentes sociais diretamente interessados nas reivindicações, além de gerar um valioso saldo de consciência política. A APAS-SP integrou também a Comissão Permanente de Mobilização, formada por quarenta entidades, com o objetivo de apoiar os trabalhadores

em greve no ABCD, em março de 1979, quando ocorreu a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos daquela região. (ERUNDINA, 2009, p.111-112)

A articulação das entidades sindicais da CENEAS junto ao forte movimento sindical e popular combativo culminou em condições objetivas para a determinação do caráter de ruptura com o conservadorismo do III CBAS, batizado de Congresso da Virada. A partir dessa articulação de cunho classista de parte da categoria de assistentes sociais, obtivemos uma direção social pela luta em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, inflexionando para essa via de ruptura com o tradicional não só a categorial profissional, mas também a formação teórica e a organização estudantil, dando destaque ao projeto da emancipação humana pela via do socialismo. (ABRAMIDES, 2009)

Nos grifos de Abramides e Cabral (1995), sob a convicção de uma necessária articulação do conjunto das entidades sindicais da profissão, foi realizado na cidade de São Paulo o III Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, na perspectiva de elaboração de uma estratégia política unitária e interventiva para o III CBAS, compreendendo de antemão o caráter conservador do congresso pela linha modernizadora da comissão organizadora, posto o projeto profissional em disputa e a intenção dessas entidades sindicais combativas de romper com a lógica do conservadorismo na profissão. O processo de articulação das entidades sindicais para atuação no III CBAS, além de demarcar clara posição na disputa por um projeto profissional o qual propunha o rompimento com o conservadorismo e alinhava-se aos interesses populares, também se apresentava como estratégia de aproximação da base dos assistentes sociais para que as fileiras de revigoração do movimento sindical pudessem ser engrossadas, e assim aproximar inúmeros profissionais de um campo político, no interior da profissão, o qual buscava a renovação do Serviço Social no Brasil. Não menos importante do que a articulação sindical para intervenção política no III CBAS, outras pautas que deram a tônica do III Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais foram: “análise de conjuntura; lutas nacionais com destaque para o salário mínimo profissional; questões organizativas – transformação das APAS em sindicatos; federação;” (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.127).

As entidades presentes ao III Encontro representavam 14 estados da federação e o Distrito Federal, por intermédio dos Sindicatos de Minas

Gerais, Ceará e Porto Alegre; das APAS de São Paulo, Bahia, Distrito Federal, Pará, Santa Catarina, Goiás, Paraíba, Paraná; da ABAS de Sergipe; dos Grupos pró-APAS do Maranhão e Piauí; da Oposição Sindical do Rio de Janeiro e das Associações Culturais de Campinas, Jundiaí e Ribeirão Preto no Estado de São Paulo, que totalizavam 18 entidades, entre sindicatos, APASs, ABASs, oposição sindical e associações culturais. Ressalta-se que no primeiro Encontro em 1978, as entidades sindicais constituídas eram respectivamente quatro, a saber: o Sindicato de Minas Gerais e as APAS de São Paulo, Goiás e Bahia. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.63)

Antes do III CBAS, o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais estabeleceu um acordo com o Centro Latino-americano de Trabalho Social (CELATS) para financiamento dos encontros nacionais sindicais da categoria profissional e também para uma pesquisa sobre as condições de trabalho do assistente social. Tal pesquisa foi fundamental para respaldar o processo de luta econômica da categoria por melhores condições de trabalho, como a reivindicação por um piso salarial chamado de salário mínimo profissional (SMP). No entanto, a luta econômica pelo SMP não foi conquistada por conta da não aprovação de um projeto de lei que versava sobre a questão. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995)

Nos grifos de Pinheiro (2009), o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) foi um dos colaboradores fundamentais para o desenvolvimento teórico-metodológico crítico de alicerce para o processo de questionamento ao conservadorismo no Serviço Social Latino-Americano. Além das contribuições de investigação acadêmica, o CELATS colaborou diretamente para a organização político-sindical dos assistentes sociais enquanto fortalecimento do ideário progressista e crítico no Serviço Social – contribuições essas que foram elementares para o fortalecimento da organização sindical dos assistentes sociais brasileiros. Em busca da articulação latino-americana para a construção de um projeto profissional distinto do conservadorismo e elaborado a partir de fundamentos os quais questionavam à ordem do capital, o CELATS realizou encontros entre países da América Latina de modo a fortalecer a troca de experiências combativas e democráticas.

A busca por um serviço social reconceituado, que lutaria pela capacitação, mobilização e organização da classe trabalhadora, encontra, entre suas bases, o chamado “Método Básico do Chile” – país que vivia um momento de aceleração das lutas democráticas. É importante ressaltar que alguns profissionais brasileiros, entre eles vários pertencentes à Escola de Serviço Social da atual PUC-MG (então Universidade Católica de Minas Gerais), começam a frequentar os espaços patrocinados pelo CELATS, a trazer e a difundir análises que culminaram na formulação do conhecido Método BH,

inaugurando no país a perspectiva do rompimento com o conservadorismo profissional. (PINHEIRO, 2009, p.132)

A partir da criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, a parceria com o CELATS foi renovada para a CENEAS. O que se expressou em apoio financeiro e político para o movimento sindical da categoria profissional até sua consolidação marcada pela criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) no ano de 1983. No ápice do sindicalismo da categoria, registra-se um total de vinte e oito entidades sindicais no Brasil, as quais, de maneira unitária, potencializavam a defesa de um projeto profissional crítico e combatiam as amarras conservadoras no interior do Serviço Social, além de estarem presentes nas lutas gerais da classe trabalhadora. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009)

Da articulação sindical da categoria no III CBAS a qual se materializou em um documento construído coletivamente pelas entidades presentes. Tal documento apresentou as considerações do movimento sindical da categoria acerca da preparação e organização do Congresso, da limitação da participação discente com até dois estudantes por instituição de ensino, e também sobre a definição do tema do evento. Além disso, no documento consta o repúdio das entidades sindicais ao convite de honra à representantes do regime autocrático, realizado pela comissão organizadora do III CBAS.

1. A preparação do III CBAS não garantiu a consulta aos assistentes através de discussões amplas e democráticas; 2. A forma de organização impediu a participação maciça dos profissionais, pois o preço cobrado para a inscrição no congresso e as demais despesas (passagens, estadia e alimentação) não condizia com a realidade salarial da maioria dos assistentes sociais brasileiros; 3. A limitação à participação dos estudantes de Serviço Social, principalmente próximos à conclusão do curso, que, não só têm interesse e necessidade de discutir com a categoria como podem contribuir no debate sobre os rumos da profissão na realidade brasileira; 4. A definição do tema, considerando que os assistentes sociais não participaram da sua escolha, não podendo assegurar a linha, as diretrizes e o posicionamento que contribuiriam para a busca de uma posição política coerente com o momento histórico; 5. O repúdio ao convite de honra feito aos representantes do governo, principalmente ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que assumiu atitudes patronais e repressivas, tendo determinado a intervenção nos sindicatos numa tentativa de impedir a luta dos trabalhadores. Tais medidas e outras punições atingiram duramente líderes sindicais, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, decorrentes da política governamental que reprime manifestações populares (ANAIS III CBAS, 1980:43/432 apud ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.64).

O caráter prévio do III CBAS consistia em um evento de cunho conservador, tendo em vista a ausência em sua programação de espaços os quais propiciassem a reflexão crítica do conjunto profissional em um contexto de efervescência das lutas sociais e de agravamento da questão social. A pretensão da comissão organizadora era a discussão das políticas sociais de maneira setORIZADA, não colaborando para uma análise de totalidade sobre o movimento da realidade concreta.

A própria dinâmica da organização do congresso não favorecia uma análise mais global e totalizante das políticas sociais, na medida em que se centrava apenas no debate das políticas setoriais, como também não previa momentos coletivos de debates e deliberações que pudessem se traduzir em referências para o exercício profissional. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.65)

De maneira estratégica, os assistentes sociais militantes do movimento sindical da categoria se incorporaram aos diversos grupos de trabalho do evento e perceberam um nítido desprazer dos profissionais acerca dos rumos do congresso. Tais sindicalistas se colaram de maneira crítica nos grupos de trabalho, questionando o caráter antidemocrático e conservador do III CBAS, haja vista a instituição de uma comissão de honra composta por representantes da ditadura civil militar. O episódio de homenagear aqueles que representavam a repressão, a tortura, a perseguição política, o cerceamento de livre expressão e o aprofundamento das desigualdades sociais no país foi duramente criticado pelos militantes. Ora, aquela homenagem chocou-se com tudo aquilo que os movimentos democráticos e populares vinham lutando. Essas intervenções dos assistentes sociais envolvidos com as entidades sindicais da categoria foram fundamentais para “a ação ofensiva e organizada que deriva na virada do Congresso” (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.65).

Conforme Netto (2009), o III CBAS possui significados singulares para os rumos do Serviço Social no Brasil, expressando-se enquanto “marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país” (apud YAZBEK et alii, 2008, p 21).

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado de 23 a 28 de setembro de 1979 no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, na capital de São Paulo, reuniu cerca de 2.500 assistentes sociais de todo o país e frustrou as expectativas dos participantes pelo seu caráter autoritário e oficialismo. Se não fosse a presença ativa e organizada das entidades

sindicais da categoria, o Congresso teria se esvaziado já no segundo dia. Essas entidades realizaram, paralelamente à programação oficial, uma assembleia da qual participaram aproximadamente 600 congressistas, quando, em um clima tenso e de grande insatisfação, denunciaram a forma autoritária como o Congresso fora organizado e os rumos que tomou, defendendo e fazendo propaganda das políticas sociais dos governos federal, estaduais e municipais. Foi uma demonstração de subserviência explícita ao regime autoritário, vigente no país naquela época. Por decisão unânime da assembleia paralela, as lideranças sindicais tomaram a direção do Congresso na abertura da plenária geral do segundo dia e, no início dos trabalhos, a Mesa Diretora propôs e foi aprovada a destituição da Comissão de Honra do Congresso, composta, à revelia da categoria, pelo então presidente da República, o general João Batista Figueiredo, pelo ministro do Trabalho, Murilo Macedo (que havia cassado a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cujo presidente era Luiz Inácio da Silva), pelo ministro da Previdência, Jair Soares, pelo governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, e pelo prefeito da Capital, Antônio Salim Curiati. Também por decisão soberana da Assembleia, a Comissão de Honra passou a ser integrada por representantes dos dirigentes sindicais cassados: do Comitê Brasileiro pela Anistia, do Movimento Contra a Carestia, da Associação Popular de Saúde e da Frente Nacional do Trabalho (em homenagem aos trabalhadores brasileiros e a todos os que morreram na luta em defesa da democracia). (ERUNDINA, 2009, p.115)

O III Congresso foi palco de uma descontinuação da direção sócio-política da profissão vinculada ao poder dominante e à ordem social. O mesmo campo político de profissionais que criticavam a modernização conservadora do Serviço Social e propunham alternativas críticas para os rumos da profissão no Brasil, eram os mesmo que empunhavam as bandeiras de luta contra o regime autocrático burguês. Também, foram esses assistentes sociais combativos que ao se relacionarem com as diversas lutas da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida, comprometeram-se por apresentar novas perspectivas de análise do real, divergindo-se do conservadorismo no Serviço Social e alvitando-se para uma concepção crítica de profissão.

O III CBAS se colocou como um elo nessa transição histórica entre a ditadura e a democracia, assim como um elo de ligação dos assistentes sociais com os trabalhadores, de identificação das lutas dos assistentes sociais com as lutas mais gerais da sociedade e como uma ruptura com um modelo de prática de adaptação, para reforçar uma articulação da profissão com as transformações das relações sociais de dominação e exploração no cotidiano de sua atuação. (FALEIROS, 2009, p.53)

De acordo com Abramides e Cabral (1995), o III CBAS teve uma composição política diversificada. De um lado setores conservadores da profissão, que até compunham a direção do CBAS por conta do conjunto CFAS/CRAS pautado pela linha modernizadora, e de outro lado o polo combativo de profissionais progressistas e militantes de dezoito entidades sindicais sob a orientação política da CENEAS. A

articulação planejada do campo combativo e crítico se desdobrou em conquistas políticas no que se refere aos rumos do Congresso, tornando-se pública a posição de enfrentamento ao conservadorismo e apoio às diversas lutas sociais de movimentos democráticos e populares no país.

No campo progressista dentro do III CBAS estavam, além dos militantes sindicais, profissionais que compunham as fileiras de lutas contra o regime autocrático burguês e que também puderam ter contato com movimentos e lutas sociais a partir do exercício profissional, como é o caso dos profissionais da área da habitação, por exemplo. Também estavam professores universitários que participavam ativamente da articulação política dentro da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) em uma perspectiva crítica, e estudantes de Serviço Social, mesmo com a limitação de participação discente no CBAS, pautando o revigoramento do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) no que tange a participação e representação discente nos espaços da categoria profissional. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995)

De acordo com Netto (2009), a partir do marco do III CBAS vertentes mais progressistas e críticas no interior da profissão conseguiram expandir o entendimento de que o assistente social é um trabalhador em condição de assalariamento e consequentemente pertencente à classe trabalhadora dentre as classes fundamentais. E ao propagar essa análise, também se assume a necessidade estratégica e histórica de organização clássica do trabalhador com mais vigor – a organização sindical. Nesse caminho, o movimento sindical da categoria é mais uma vez fortalecido, se desdobrando na ampliação das entidades sindicais ativas.

As experiências sindicais refletiram nas diversas tangentes da profissão, abrindo maior caminho para o enfrentamento ao conservadorismo no interior do Serviço Social. O enfrentamento ao conservadorismo pode se expressar pelas disputas teórico-metodológicas e ético-políticas acerca da formação acadêmica e das orientações para o exercício profissional, como também para a imagem social da profissão. E para isso, se fazia necessário disputar politicamente as direções das entidades representativas da categoria profissional – haja vista a composição conservadora de entidades como o conjunto CFAS/CRAS (atualmente,

CFESS/CRESS). Foi nesse percurso, a partir das intervenções do movimento sindical no interior da profissão, que o Serviço Social viveu drásticas modificações. (NETTO, 2009)

Essas sumárias observações parecem minimamente bastantes para justificar a qualificação do III Congresso como um episódio de significação histórica para o Serviço Social no Brasil. Depois dele – e não por acaso – o Serviço Social, neste país, nunca mais foi o mesmo. Mas cabe aduzir, ainda, a sua grande lição: a sua realização demonstra, como numa conjuntura favorável, uma vanguarda de assistentes sociais sintonizada com as tendências mais substantivas da realidade, capaz de superar suas diferenças adjetivas para lutar por um objetivo essencial e estabelecer alianças, inclusive externas à categoria – pode efetivamente transformar representações e práticas mais que consagradas da sua profissão. (NETTO, 2009, p.35)

Conforme Abramides e Cabral (2009), o III CBAS se apresenta como marco político para a categoria profissional e até mesmo para o caráter do próprio CBAS que se altera na história. Toda a dinâmica que deu a tônica da “virada” para o III CBAS esteve embasada a partir das demarcações de posições públicas de profissionais progressistas, das defesas dos interesses econômicos e imediatos da categoria, assim como pela posição ao lado dos interesses históricos da classe trabalhadora, e pelo auto reconhecimento dos assistentes sociais enquanto assalariados e pertencente à classe que sofre a exploração de sua força de trabalho. Tudo isso estabeleceu “bases que demarcaram a inflexão do projeto de intenção de ruptura no Congresso da Virada” (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.59).

A categoria organizada sob a direção política da CENEAS, ao deliberar no Congresso da Virada, por uma direção social ao projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora decidiu, ainda, que a direção político-organizativa dos próximos congressos estaria sob a coordenação da CENEAS, por nela reconhecerem a direção política desse processo. Essa resolução simbolizou uma resposta coletiva da categoria, de negação ao conservadorismo na profissão, presente nas direções das entidades do exercício profissional e no reconhecimento de uma direção sindical classista que se estendia de norte a sul do país, na rearticulação da organização sindical aniquilada no período da ditadura militar. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.60)

O III CBAS acontece em um contexto social de crise de legitimidade do regime autocrático burguês, de crescimento da mobilização das lutas sociais de trabalhadores no país por conta do acirramento das refrações da questão social, com ascensão do movimento sindical e de uma variedade de movimentos sociais – como evidenciamos no item 3.1, com forte acentuação do primeiro. Entoados pela conjuntura de expressividade da luta de classes no Brasil, o campo progressista e

combativo da categoria de assistentes sociais atuou no III CBAS de maneira estratégica, e representou um marco fundamental para o processo de ruptura com o conservadorismo na profissão, contribuindo para a construção de um novo direcionamento social, ético, político e teórico para o Serviço Social brasileiro. (ERUNDINA, 2009)

Como exemplo da perspectiva classista e de solidariedade de classe, o conjunto de profissionais progressistas no III CBAS – sendo muito deles militantes do movimento sindical – além de planejar e efetivar a “virada” do congresso, também articulou a aprovação da transferência de recursos do congresso para fundos de greves, anunciou posicionamentos em defesa das lutas populares, e apresentou propostas de moções de repúdio para além dos muros da própria categoria, como foi o caso da moção de repúdio “à intervenção nos sindicatos e à prisão de líderes sindicais” (ERUNDINA, 2009, p.116).

No interior da disputa pela direção social do Serviço Social no Brasil, o campo progressista de profissionais articulados com as entidades sindicais de assistentes sociais conseguiu encaminhar no III CBAS uma série de propostas, dentre as quais destacamos: a composição das entidades sindicais na organização dos posteriores Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais; a discussão sobre condições de trabalho, sendo compreendido o perfil de assalariamento do assistente social; a afirmação da necessária relação da profissão com as lutas da classe trabalhadora, a partir da aprovação da inserção de movimentos sociais populares na programação dos eventos. (MARTINS, 2012)

Esse movimento não foi e nem é um processo somente endógeno a profissão. Mantém uma profunda sintonia com a totalidade das relações que compõem a vida social. Por isso, não podemos considerar as conquistas do coletivo profissional somente como frutos da qualificação teórico-política do trabalho profissional. Elas são, sobretudo, resultantes das conquistas de direitos cívicos e sociais que acompanharam a recente restauração democrática na sociedade brasileira (NETTO, 1999, s/p apud SANTOS, 2010, p.61).

Durante o encerramento do III CBAS, na fala de Luiz Inácio Lula da Silva, até então sindicalista do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista e líder popular, podemos encontrar elementos que caracterizam o horizonte das lutas populares no país, naquele período, e a essência política que possibilitou a mobilização para as alterações nos rumos do congresso que desaguaram na “virada”.

Luiz Inácio Lula da Silva participou do ato de encerramento do Congresso [...] e concluiu com a seguinte aclamação: “Haverá um dia em que trabalhadores braçais, assistentes sociais, intelectuais, políticos, todos nós, juntos, nos levantaremos sem um pinga de medo, mas também sem um pinga de ódio, e em praça pública gritaremos alto e em bom som: Povo sofredor, secai vossas lágrimas! Escravos, levantai-vos de vossa prostração!”. (ERUNDINA, 2009, p.116)

Com o objetivo de melhor articular nacionalmente associações e entidades sindicais, no ano de 1983 foi criada em Salvador - BA a ANAS. A criação da Associação Nacional significou a expressividade nacional do movimento sindical de assistentes sociais. Tal expressividade foi legitimada pela categoria mesmo a ANAS não conseguindo a carta sindical. O Ministério do Trabalho não liberou a concessão da carta sindical para a ANAS, o que a tornaria federação sindical oficial. No entanto, ela se constituiu como organização representativa da categoria no âmbito das relações de trabalho de maneira autônoma ao Estado e legítima perante a categoria profissional até o ano de seu encerramento. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995)

Entre o fim da década de 1970 e início dos anos de 1980 a direção política das entidades sindicais do Serviço Social – na figura da CENEAS e posteriormente da ANAS – assumiu uma totalidade de lutas no plano econômico, político, social e sindical em conjunto com os diversos movimentos sociais de trabalhadores. Dentre elas estavam as lutas contra o regime autocrático burguês e sua política econômica de arrocho salarial, a defesa de condições dignas de vida para toda a classe trabalhadora, a garantia de autonomia sindical frente ao Estado e aos patrões, e no plano das políticas sociais o movimento sindical de assistentes sociais levantou as seguintes bandeiras:

a- Pela reforma sanitária e Implantação do SUS (Sistema Único de Saúde); b- Pela reforma urbana e por políticas habitacionais e ambientais, pela concessão do direito de uso nas favelas, pela implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, no direito à habitação, à terra e à cidade; c- Pelo transporte coletivo, de qualidade, subsidiado pelo Estado; d- Pelo ensino público, laico, gratuito, socialmente referenciado, universal; e- Pelas creches diretas como direito das crianças, das mulheres e homens trabalhadores e pela organização da mulher trabalhadora; f- Por políticas sociais públicas específicas para mulheres, portadores de necessidades especiais, criança e adolescentes, população em situação de rua, negros, indígenas, idosos, pelo direito à livre orientação sexual (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.95).

Assim como escrevem Abramides e Cabral (2009), a inserção da CENEAS, da ANAS e de toda sua base sindical nas lutas gerais dos trabalhadores colaborou

consideravelmente para o fortalecimento de uma posição ético-política dentro da profissão pelo reconhecimento do assistente social enquanto trabalhador assalariado e pertencente à classe que sofre a exploração de seu trabalho. Tais articulações possibilitaram, para diversos assistentes sociais, a experiência da luta coletiva e uma análise do movimento do real de maneira crítica a qual questionava a ordem estabelecida pelo capital. Experiências essas que contribuíram para a construção de uma nova direção social para o Serviço Social representada pelo processo de intenção de ruptura com o conservadorismo.

De acordo com Erundina (2009), tradicionalmente, o assistente social era reconhecido por sua atuação em conformidade à manutenção da ordem social servindo aos interesses dominantes. Porém, com a inserção de parte da categoria profissional no conjunto de lutas e movimentos populares, possibilitou-se certa ressignificação da imagem social da profissão perante a sociedade. O assistente social passou a ser reconhecido como um profissional companheiro dos movimentos democráticos e populares e defensor das liberdades democráticas.

A militância política desses assistentes sociais e seu engajamento concreto nas lutas reivindicativas dos trabalhadores e dos segmentos excluídos da sociedade contribuíram para afirmar a dimensão político-ideológica da profissão. Também ajudou na articulação dos assistentes sociais com profissionais de outras áreas, ampliando e fortalecendo, assim, sua própria atuação e a daqueles com os quais militavam e participavam das mesmas lutas. (ERUNDINA, 2009, p.113)

Conforme ABRAMIDES e CABRAL (2009), a ANAS enquanto aglutinadora e organizadora do movimento sindical da categoria profissional desempenhou importantíssimo papel no interior do Serviço Social para a elaboração de alicerces teórico-políticos para o projeto profissional crítico em construção. Projeto que, mesmo com equívocos imaturos, significou muito para o processo de questionamento ao conservadorismo na profissão e articulação com os interesses históricos da classe trabalhadora. Tal processo crítico se expressou no Código de Ética Profissional aprovado em 1986.

Naquele momento a categoria não possuía o acúmulo teórico e filosófico para a definição do Código de Ética, que só foi possível em 1993. O Código de 1986, porém, em que pese suas lacunas e incorreções, significou um ganho político na direção do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, instrumento de luta no processo de amadurecimento dos anos 80, possibilitando a referência desse projeto no interior do trabalho profissional no Serviço Público. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.70)

As experiências advindas da inserção da categoria nas lutas dos movimentos sociais de trabalhadores, principalmente no âmbito sindical, se desdobraram na colaboração para a consolidação política de um projeto profissional do Serviço Social alternativo ao conservadorismo, mesmo com ressalvas. Foi então no V CBAS – “Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativos de políticas sociais” (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.178), ocorrido em 1985, e organizado pela ANAS em conjunto com o CFAS e ABESS, que um novo projeto profissional da categoria era explicitado em cena com mais intensidade, articulado ao projeto societário da classe trabalhadora. Esse projeto profissional alternativo objetivava:

[...] de um lado, instrumentalizar os assistentes sociais para a análise das políticas sociais, visando à construção de propostas alternativas comprometidas com os movimentos populares em articulação com a organização da categoria; e, de outro, aprovar um documento político que criasse referências concretas para a prática dos assistentes sociais frente às alternativas de políticas sociais propostas pelos movimentos populares [...] (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.178)

Segundo Cardoso (2012), a organização político-sindical da categoria profissional de assistentes sociais no Brasil esteve relacionada diretamente com o caminho trilhado de renovação do Serviço Social – sendo ancorado no movimento latino-americano de reconceituação da profissão. Destaca-se o IV CBAS, o qual teve como tema “Serviço Social na Realidade Brasileira: análise de conjuntura, movimento sindical e popular e organização sindical da categoria” (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.130), como momento de afirmação coletiva do compromisso de boa parte dos assistentes sociais com a classe trabalhadora, e também pelo reconhecimento de pertencimento da categoria à própria classe explorada.

O debate que deu a tônica da “virada” do III CBAS e que se expressou no caráter progressista dos dois CBAS seguintes (IV e V) esteve fundamentado a partir das experiências políticas de organização coletiva e contato com as lutas sociais no cenário de aprofundamento da luta de classes, no período demarcado no final da década de 1970 e início da década de 1980. Nesse caminho, que as entidades sindicais de assistentes sociais contribuíram tanto para a disputa política no interior da profissão, como também se constituíram como sujeitos coletivos que participaram da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) enquanto um movimento

amplo de revigoração do sindicalismo brasileiro, estando junto às diversas lutas sociais por direitos.

Majoritariamente, os dirigentes sindicais e representações de base das APAS, dos Sindicatos, da CENEAS e da ANAS, participaram de todo o processo do novo sindicalismo desde a articulação na ANAMPOS, da 1ª CONCLAT, das comissões Pró- CUT e do Congresso de Fundação em 1983, e todos os congressos da Central até 1992. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.71)

3.3. A transição da organização sindical dos assistentes sociais: de categoria profissional para ramo de atividade econômica

A partir de todo o processo de crescimento das lutas sociais em curso no país, as diversas entidades sindicais preocuparam-se com a unidade para fortalecimento do movimento sindical combativo, em escala nacional. Foi nesse desenrolar de articulação da classe trabalhadora, por meio de seus sindicatos, que no ano de 1981 realizou-se a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Mesmo ainda no regime autocrático da ditadura militar, foi deliberado na Conferência Nacional a construção de uma Central Sindical a qual teve a tarefa de organizar e articular as diversas lutas dos trabalhadores que se intensificavam. Então, no ano de 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em uma perspectiva crítica – concepção do novo sindicalismo. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995)

A CUT, enquanto central sindical, é parte integrante deste processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado. A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua autonomia em relação ao poder de Estado e aos próprios partidos. (CUT, 1986, p. 3, grifo do autor apud CARDOSO, 2012, p.70)

Conforme os grifos de Cardoso (2012), a gênese da Central Única dos Trabalhadores é representada pela defesa articulada dos interesses econômicos imediatos de vários setores da classe trabalhadora, como também é caracterizada pela vontade coletiva de construção de alternativas societárias em oposição à sociabilidade de exploração do modo de produção capitalista. Nos primeiros anos de

consolidação da CUT, boa parte dos sindicalistas da central se mostrava aguerridos no almejo de conquistas para além das necessidades e diretos no plano da sociabilidade burguesa – se posicionando na atuação pública e política da luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

A experiência classista das entidades sindicais de assistentes sociais esteve sintonizada com a necessidade de construção de uma organização sindical a qual abarcasse as reivindicações das diversas categorias profissionais, compreendendo que a luta política se isolada possui menos força social no embate dos conflitos de classes. Nesse caminho, que o movimento sindical do Serviço Social participou da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a partir de uma perspectiva combativa e autônoma frente ao Estado e os interesses do patronato.

Evidenciamos que quando a classe se movimenta e sua consciência alcança patamares mais elevados, esta opera uma reação (nega, rompe e/ou transforma), promove uma reorganização das estruturas que a representa. Foi assim com o movimento sindical, promovendo o surgimento do Novo Sindicalismo, a criação de uma central sindical (CUT), e um partido de massa vinculado aos trabalhadores (PT). Processo, que por muitas mediações, também influenciou sobre a organização política e sindical do Serviço Social brasileiro. (MARTINS, 2012, p. 51-52)

De acordo com Abramides e Cabral (1995), a militância sindical da categoria profissional esteve presente nos diversos espaços de construção coletiva da Central Única dos Trabalhadores, compondo direções locais, regionais, estaduais e até nacional. A decisão da categoria de participar da construção de uma central sindical que aglutinasse os variados sindicatos de trabalhadores enquanto resposta organizativa e política aos ataques que o grande capital vinha implementando contra aqueles que somente são detentores de força de trabalho, teve como respaldo a deliberação coletiva em assembleia, garantindo assim a legitimidade da posição hegemônica do conjunto dos assistentes sociais.

A inserção das associações, sindicatos, CENEAS/ANAS no movimento sindical mais geral dos trabalhadores possibilitou: aprofundar a consciência da categoria profissional de sua condição de trabalhador assalariado, de seu compromisso com a classe trabalhadora, a vinculação com as lutas concretas da categoria e do conjunto dos trabalhadores, o que imprimiu uma solidariedade de classes: apoio financeiro e político aos fundos de greve das categorias em luta, à luta pela volta dos sindicalistas cassados pela ditadura; participação em greves gerais no país. De outro lado se inseriu na articulação das categorias profissionais de nível universitário na discussão e implantação da nova estrutura sindical aprovada no II Congresso da CUT em 1986. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.72)

Nos grifos de Abramides e Cabral (2009), constatamos que no II Congresso da CUT, em 1986, foi encaminhada a discussão pela alteração da estrutura sindical brasileira organizada por categoria profissional para ramo de atividade econômica. Tal discussão vinha sendo travada desde o ano de 1983, ano de fundação da Central Sindical. Como a velha estrutura sindical burocrática e fragmentada entrava em contradição com os princípios de organização política da CUT, iniciou-se uma discussão ampla sobre a necessidade de reformulação da organização estrutural dos sindicatos brasileiros. De modo a contribuir para a maior unidade das lutas dos trabalhadores, foi deliberada pela CUT, após amplo debate, a tarefa de transição para uma nova forma de organização sindical que abarcasse um maior número de trabalhadores, articulando as categorias profissionais por ramo de atividade econômica, fazendo-se com que essa nova estratégia organizativa dos sindicatos pudesse contribuir diretamente para o fortalecimento político das lutas dos trabalhadores na luta de classes. Visto isso, os objetivos eram tanto de potencializar politicamente o poder de reivindicação econômica dos trabalhadores como também colaborar para a unidade classista do polo do trabalho na luta de classes e proporcionar a reflexão coletiva sobre o reconhecimento político das diversificadas categorias profissionais enquanto classe social, mesmo sendo consideradas as especificidades de cada categoria.

O sindicato será organizado por ramo de atividade econômica (no setor agropecuário, industrial e serviços), tendo como meta a aglutinação de atividades afins num mesmo sindicato. Na medida do possível, a organização sindical deve ampliar a sua base geográfica visando à desmunicipalização do sindicato. Os profissionais liberais devem buscar se unir sindicalmente ao ramo de atividade a que pertencem, podendo, como medida transitória, se associar aos sindicatos profissionais já existentes ou ao sindicato do ramo a que pertencem. Os sindicatos poderão criar, de acordo com as suas necessidades, mecanismos específicos para tratar de problemas específicos. Os trabalhadores criarão suas formas de organização, desde os locais de trabalho até os seus órgãos máximos. (CUT, 1986, p. 44 apud CARDOSO, 2012, p.75)

Como refração da vontade coletiva do movimento sindical brasileiro, o II Congresso da CUT expressou o encaminhamento de valores políticos classistas que unificassem as lutas da classe trabalhadora, principalmente no âmbito das relações de compra e venda da força de trabalho. Como exemplo, Cardoso (2012) cita alguns princípios da CUT sobre a organização sindical, reafirmados no II CONCURT:

Fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores e das oposições sindicais para que se consolidasse como direção política e referência de

luta para o conjunto dos trabalhadores; construir uma unidade entre todos os sindicatos que pudessem ser envolvidos, desde que resguardados os princípios de classe e autonomia da Central - ou seja, poderiam participar das lutas os sindicatos não filiados à CUT, caso houvesse trabalhadores de base interessados; pela liberdade de organização sindical, incluindo a organização nos locais de trabalho; [...] unificar a luta dos trabalhadores do campo e da cidade dentro da Central. (CARDOSO, 2012, p.72)

Conforme Abramides e Cabral (1995), entorno de todo o processo de transição da organização sindical de categoria profissional para ramo de atividade econômica, no que diz respeito ao Serviço Social, a deliberação da CUT foi levada para os devidos espaços coletivos da categoria profissional e a base dos assistentes sociais realizou a discussão sobre a viabilidade de adesão à referida deliberação da CUT. Como inúmeros dirigentes das entidades sindicais de assistentes sociais também eram quadros políticos da Central Única dos Trabalhadores, os motivos sobre a adesão à nova organização sindical proposta foram apresentados.

Em concordância com a posição de alteração de uma estrutura sindical fragmentada para uma estrutura que aglutinasse diversos trabalhadores do mesmo ramo de atividade econômica de maneira coletiva, a ANAS apresentou para o conjunto da base da categoria de assistentes sociais a discussão. O que se desdobrou na decisão estratégica de adesão à proposta de uma estrutura sindical que potencializasse a força política dos trabalhadores no que se refere à organização via sindicato diante a luta de classes, especificamente no plano das relações de compra e venda da força de trabalho – além de serem consideradas questões particulares da própria categoria no que tange a pouca capacidade de mobilização fragmentada. A decisão por unanimidade da categoria foi deliberada na IV Assembleia Nacional da ANAS (1989), a qual teve como previsão para o processo de transição da organização sindical em que:

[...] os sindicatos de base discutissem e encaminhassem junto à categoria para se inserirem nos sindicatos de trabalhadores em serviço público (contratação ou por área de atividade), posto que 62,5%, da categoria se inserem no serviço público em seus diferentes níveis; debate com os sindicatos de servidores públicos para essa transição, debates no interior da Central para viabilizar esse processo, um deles foi o da articulação das categorias de nível universitário, bem como viabilizar o debate por ramos em setores ainda não organizados. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.74)

Cabe salientar que boa parte dos assistentes sociais, lideranças do movimento sindical da categoria, auxiliou na gestação da CUT, compreendendo o papel de uma Central Sindical para as lutas gerais da classe trabalhadora no âmbito

das relações de compra e venda da força de trabalho. Na esteira dessa compreensão por meio da totalidade da realidade social, a partir de 1989, em consonância com as discussões da CUT sobre o rearranjo de uma estrutura sindical por ramo de atividade econômica, as entidades da categoria de assistentes sociais deliberaram pela adesão à estrutura sindical proposta pelo movimento sindical geral, dirigido pela CUT, que a partir de então se organizaria de maneira mais unificada ao invés de pautar a organização sindical fragmentada por categorias profissionais. Foi então que, por consequência, a ANAS foi extinta para que o processo de reorganização sindical por ramo de atividade pudesse acontecer. Tal processo de dissolução da Associação Nacional dos Assistentes Sociais se concluiu no ano de 1994, após um amplo debate coletivo. (DURIGUETTO e MARRO, 2016)

Como explicitam Abramides e Cabral (2009), diversos espaços sócio-ocupacionais em que assistentes sociais estavam inseridos através do exercício profissional não tinham o costume da prática sindical. Isso se apresentou como desafio a ser transpassado para que o processo de transição sindical realmente pudesse ser efetivado. A inserção de trabalhadores na organização sindical por ramo de atividade econômica – incluindo os assistentes sociais – se apresentava como tarefa que o movimento sindical combativo deveria assumir, levando em consideração a necessidade estratégica de fortalecimento organizativo da classe trabalhadora. Mas também deveriam ser consideradas as especificidades de cada categoria profissional, de modo a conseguir contemplar tanto as demandas e reivindicações econômicas e imediatas como também as lutas gerais. No entanto, dada à complexidade do movimento da realidade alguns obstáculos foram encontrados pelo caminho do processo de tentativa de transição organizativa do sindicalismo brasileiro.

Essa transitoriedade sindical encontra-se inconclusa em sua totalidade devido alguns fatores. De um lado, no plano das entidades sindicais da categoria, posto que: algumas tiveram um esvaziamento, outras não fizeram o debate necessário com a categoria, para implementar a deliberação, e cinco sindicatos se mantiveram em funcionamento, passando por cima da deliberação. De outro lado, a CUT recuou na implementação da estrutura sindical por ramos, limitando-se essa construção a nível das confederações. Acrescentam-se, ainda, os ataques a partir de 1989, com a re-estruturação produtiva que coloca os trabalhadores na defensiva, assim como a CUT vai perdendo seu vigor de lutas, limitando-se aos processos de negociação, abdicando da ação direta. Prevalece ainda uma concepção sindical majoritária, no âmbito social democrata, sob a hegemonia da articulação sindical (expressão sindical da corrente unidade na luta, hegemônica do

Partido dos Trabalhadores), que adere a um sindicalismo cidadão, atado à institucionalidade, no período de FHC. Essa tendência hegemônica estabelece um novo giro a partir do governo Lula em 2002, tornando-se estadista e governista, no polo oposto a que foi concebida e consolidada nos anos 80. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.75)

De acordo com Cardoso (2012), a decisão de consolidar a reorganização sindical por ramo de atividade econômica se expressou em um amadurecimento político de boa parte da categoria profissional. Entretanto, mesmo com o despontamento de um novo projeto profissional do Serviço Social, atrelado ao projeto de classe dos trabalhadores, no meio da categoria existiam posições diferentes e divergentes. Afinal, o projeto profissional crítico que conquistava hegemonia não era homogêneo. Foi nesse sentido que alguns poucos sindicatos da categoria não acataram a deliberação coletiva da IV Assembleia Sindical, e decidiram pela continuidade de suas atividades.

Pelos grifos de Cardoso (2012), supõe-se que as direções dos sindicatos que não seguiram a decisão coletiva da categoria estavam sob uma perspectiva conservadora, divergindo-se do debate necessário de reorganização sindical e contrapondo-se ao movimento de articulação do conjunto da classe trabalhadora naquele contexto social.

No processo de transição, houve o esvaziamento de alguns sindicatos por conta do giro da base para os sindicatos de ramo; em outros, as direções não fizeram o debate necessário com a categoria para efetivar o processo de transição; e existiram ainda aqueles que sequer consideraram a deliberação da IV Assembleia Sindical. Dessa forma, o trânsito foi inconcluso. (CARDOSO, 2012, p.80)

A perspectiva da transição “inconclusa” da organização sindical dos assistentes sociais não pode ser analisada e explicada somente através das particularidades do Serviço Social. Como a profissão está inserida no contexto das relações sociais, é preciso observar os impactos das modificações do mundo do trabalho para a organização e mobilização da classe trabalhadora – principalmente no que se refere às consequências da reestruturação produtiva do capital, além da implementação das políticas neoliberais. Essa nova conjuntura política, econômica e social trouxe rebatimentos para o sindicalismo brasileiro e refletiu-se em um processo de crise de suas lutas e posicionamentos.

[...] podem-se identificar quatro elementos que contribuíram para a crise do sindicalismo. O primeiro refere-se à reestruturação produtiva e seu impacto na organização do movimento sindical. O segundo se expressa no

desmoronamento do Leste Europeu, que, no mundo do trabalho, forja as ideias de “fim do marxismo” e “fim do socialismo”. Já o terceiro representa a social-democracia sindical (BERNARDO apud ANTUNES, 2006), isto é, a burocratização e a institucionalização do movimento sindical, frutos da socialdemocracia na esquerda e que fizeram com que esta se adaptasse à lógica capitalista. O quarto e último elemento traduz-se na regressão da social-democracia, que passa a atuar de forma similar à agenda neoliberal. (CARDOSO, 2012, p.94)

3.4. Breves considerações sobre a tentativa de retomada dos sindicatos de assistentes sociais

Segundo Harvey (2000), no final da década de 1960 e início dos anos de 1970, em escala mundial, o modelo fordismo-keynesianismo foi perdendo capacidade de conter as contradições, cada vez mais agudizadas, do capitalismo – observada sua própria crise e o acirramento da luta de classes. O esgotamento de tal modelo sucumbiu o pacto dos anos de crescimento do capitalismo, rebatendo em uma reestruturação produtiva. Tendo em vista a crise de superprodução, superacumulação e subconsumo, acrescida do choque do petróleo, era necessário flexibilizar as relações de produção e de trabalho em alternativa a rigidez anterior, ou seja, reorganizar o setor produtivo – agora flexibilizado. A acumulação flexível caracteriza-se também pelo surgimento de novos setores de produção com novas demandas de mercado, um vasto setor de serviços, utilização de alta tecnologia – poupadora de tempo de trabalho vivo, contratos de trabalho flexíveis, superexploração da força de trabalho, aumento do desemprego estrutural e um processo de desenvolvimento internacional com o aumento da exploração imperialista.

Nesse contexto, assim como diz Mattos (2015), reflete-se para a classe trabalhadora a caracterização de heterogeneidade de classe em sua composição diversa. Em tal fase internacional do capital – na reestruturação produtiva, dada a queda da taxa de lucro da burguesia do setor produtivo, amplia-se o capital financeiro especulativo, e também se demanda um gerenciamento do trabalho referenciado na polivalência do trabalhador e na maior precarização das condições de trabalho.

Em paralelo, de acordo com Duriguetto (2007), ocorre uma generalização do neoliberalismo que se expressa no desmonte do Estado via redução de sua intervenção e regulação econômica e social com viés privatizante. É então que passa-se a diminuir a burocracia estatal e ao mesmo tempo concentrar poder burocrático, como explicita Souza Filho (2013). Segundo Behring e Boschetti (2006), a perspectiva neoliberal vai nutrir-se de uma estabilização monetária, elevação de juros, redução de impostos para os altos rendimentos e oneração à classe trabalhadora, e redução da intervenção estatal no âmbito da proteção social. Todavia, o capital irá demandar a intervenção do Estado para os subsídios fiscais e assistência regulatória, ou seja, Estado mínimo para o social e máximo para os interesses do capital. Também para responder as reivindicações da classe trabalhadora o Estado vai atuar juridicamente com a imposição coerciva de legislações para controlar e enfrentar os processos de lutas sociais dos trabalhadores – principalmente no âmbito sindical.

Como expressa a autora Abramides (2009), a investida neoliberal no Brasil, a partir dos anos de 1990, e todos os rebatimentos da flexibilização e precarização das relações de trabalho contribuíram para a substituição de um sindicalismo combativo e classista, que tornavam públicas e políticas suas reivindicações através da ação política direta, em um denominado sindicalismo cidadão com ilusão esperançosa na democracia burguesa, e que priorizava as lutas institucionais e as conquistas meramente imediatas, sem protagonizar a luta independente e combativa da classe trabalhadora.

Nos grifos de Mattos (2009) é possível constatar que, a partir de um grande acordo nacional entre forças políticas conservadoras durante os anos da década de 1990 no Brasil, o Estado gerenciando os interesses do capital, provocou uma série de retrocessos para os trabalhadores, dentre os quais cita o autor:

[...] privatizações em larga escala; redução drástica dos investimentos do Estado em políticas sociais; reforma administrativa (para reduzir os gastos com funcionários e implantar a lógica do Estado mínimo); reforma previdenciária (reduzindo direitos de seguridade dos trabalhadores); flexibilização da legislação trabalhista. (MATTOS, 2009, p. 131)

Todo o cenário dado a partir da acumulação flexível do capital impactou diretamente sobre o sindicalismo brasileiro, como todos os ataques aos direitos sociais dos trabalhadores e uma profunda precarização das relações de trabalho,

provocou desemprego estrutural e gerou um significativo processo de diminuição da filiação sindical.

Observa-se, portanto, um quadro de condicionantes extremamente negativos para o movimento sindical brasileiro, resultante tanto das consequências do processo de reestruturação produtiva, quanto dos problemas decorrentes da manutenção das bases da estrutura sindical corporativista. (MATTOS, 2009, p.135)

De acordo com Toniolo e Zanetti (2011), as consequências do neoliberalismo e da nova forma flexibilizada de organização do trabalho se apresentam no conjunto da sociabilidade. O processo de precarização, focalização e diminuição das políticas sociais rebatem como desafios para o exercício profissional do assistente social em pleno acirramento da questão social. E como o assistente social também é um trabalhador assalariado a categoria profissional sofre com o processo de precarização das relações de trabalho e com as dificuldades colocadas para a organização política da classe trabalhadora, especialmente no âmbito sindical.

Além das modificações no âmbito produtivo e econômico, e também da estrutura sindical brasileira, acontece uma alteração no que se refere ao caráter político das lideranças sindicais durante a década de 1990. A criação da Central Força Sindical expressa um giro no caráter combativo e autônomo de parte do sindicalismo brasileiro para uma perspectiva sócio-política de alinhamento com o capital e o Estado, objetivando uma relação de conciliação entre capital e trabalho. A Central Única dos Trabalhadores sofre um processo de transformação ao longo dos anos da década de 1990, sendo colocada como postura política da Central a negociação com o capital e a colaboração de classes. (MATTOS, 2009)

No primeiro semestre de 1999, a grande bandeira política dos líderes sindicais do ABC foi a diminuição dos impostos incidentes sobre a produção e comercialização de veículos. Ou seja, para supostamente defender empregos, tais lideranças apontaram como saída a preservação dos altos patamares de lucratividade das empresas [...] A isso chamaram 'sindicato cidadão', pois diziam que agora as entidades eram capazes de discutir políticas públicas, econômicas nesse caso, e 'propositivamente' apresentar alternativas. (MATTOS, 2009, p.140)

Com grande parte do sindicalismo brasileiro pautado estritamente nas reformas da ordem burguesa, a CUT abandonou sua perspectiva classista, que foi forjada em um grande momento de efervescência política durante o ápice do novo sindicalismo, e abraçou o que ficou conhecido como sindicalismo cidadão ou propositivo.

A intenção, ao menos no discurso, era oferecer condições para que os sindicatos propusessem alternativas concretas aos problemas da política econômica no país, e não apenas se restringissem às reações defensivas. De certo modo, o argumento serviu de arcabouço para substituir a estratégia de ruptura com o corporativismo – que se apoiava na política de denúncia referente ao atrelamento dos sindicatos ao Estado e imprimi-lhes um caráter classista – pelo de conciliação. (CARDOSO, 2016, p. 317)

Assim, como escreve Cardoso (2016), desde o 8º. Congresso da CUT se demonstra com mais intensidade o aparecimento de setores oposicionistas dentro da própria central, que discordavam da política de conciliação de classes da CUT e do abandono das bandeiras classistas que deram gênese à Central. Esse mesmo congresso expressou também o afastamento da campanha pela transição da organização sindical para ramo de atividade econômica, visto a conjuntura política e o interesse financeiro de maior arrecadação para a própria central sindical.

Na segunda parte da década de 1990, em uma conjuntura de dificuldades do movimento sindical brasileiro, de prioridade das lutas institucionais e de pouca participação de assistentes sociais em entidades sindicais, algumas entidades sindicais de categoria de assistentes sociais foram criadas e/ou reabertas, mesmo com a decisão histórica da categoria de organização sindical por ramo de atividade econômica.

Em uma conjuntura neoliberal, e de crescimento de setores de oposição à parte majoritária e direção da CUT, somado ao processo de desfiliação de entidades sindicais por discordarem dos rumos da Central Única dos Trabalhadores, no ano 2000, com a permanência de cinco entidades sindicais de assistentes sociais, é criada a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS) de modo a engrossar as fileiras da CUT e do sindicalismo corporativista.

Conforme Cardoso (2016), ao contrário do que aconteceu no surgimento da ANAS, quando através de um amplo debate da categoria profissional a criação da entidade foi deliberada e legitimada de forma coletiva, a FENAS além de ter tido em sua fundação somente cinco sindicatos de categoria e ter uma inexpressiva representação, os seus fundadores desconsideraram o que foi orientado pela categoria por meio do CFESS.

O próprio discurso que fundamentava a criação da FENAS, ao afirmar que não havia tolerância para o debate acerca das questões sindicais por parte do conjunto CFESS/CRESS, desfez-se quando o Conselho (2001), em seu

texto: “A contribuição do CFESS para o debate sindical”, relata que a discussão aconteceu pouco tempo antes da criação da FENAS e que, nela, a categoria não orientou o retorno dos seus sindicatos, tampouco sua reinserção nestes espaços. (CARDOSO, 2016, p.323)

Observando os materiais da Federação disponíveis em seu próprio site², podemos verificar a manutenção do corporativismo sindical operado pela FENAS. A defesa meramente dos interesses imediatos e econômicos da categoria dos assistentes sociais em espaços governamentais, os quais muitas das vezes são esvaziados da concepção crítica sobre a intervenção profissional do assistente social, ditam o cotidiano da entidade. Ainda, cabe salientar questionamentos sobre a representação da categoria profissional pela Federação em tais espaços sem as devidas deliberações coletivas.

Além das ações sindicais da FENAS girarem entorno de questões corporativistas, e ao invés de compreender o papel do sindicato para além de sua função essencial, a qual é a de regular a compra e venda da força de trabalho, a Federação não demonstra perspectiva de classe no que tange a luta contra os ataques do grande capital. A Federação também é caracterizada por práticas burocráticas, assim como fala CARDOSO (2016). Para exemplificar, CARDOSO (2016) relata que uma dirigente sindical ocupou a presidência da FENAS do ano 2000 até 2012, e ao observar o site da Federação, através de seu link³, pode-se verificar que a mesma dirigente sindical está eleita como Presidenta da entidade federativa até o ano de 2019⁴.

De acordo com o site eletrônico da FENAS, atualmente existem dezenove entidades sindicais de assistentes sociais em todo território brasileiro, e destes, onze sindicatos estão filiados à FENAS. Também existem outras quatro entidades que estão em processo de reabertura nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Piauí e Tocantins.

[...] a análise cuidadosa da sua prática sindical evidencia que essa Federação foi gestada a partir de uma avaliação reducionista e precipitada, pautada nos marcos da crise do sindicalismo no Brasil e aliada à tentativa de recuperação do sindicalismo cutista, considerando-se o aprofundamento da sua crise de legitimidade. A (re)abertura de novas entidades filiadas à

² Site da FENAS disponível em: <http://www.fenas.org.br>

³ Ao acessar o link - <http://www.fenas.org.br/diretoria.php> pode-se verificar a composição da diretoria da FENAS, atualmente.

⁴ Federação Nacional dos Assistentes Sociais - Gestão 2015-2019.

CUT proporcionaria o aumento do número de sindicatos na sua base, bem como do quantitativo de verbas repassadas para a sua existência e manutenção. (CARDOSO, 2016, p.325)

Dirigentes da FENAS defendem a retomada dos sindicatos de assistentes sociais a partir da justificativa de que a transição da organização sindical de categoria profissional para ramo de atividade econômica foi inconclusa. Não compreendem que a decisão histórica da categoria de se incorporar em entidades sindicais por ramo de atividade foi e permanece sendo estratégica, tendo em vista a necessidade de fortalecimento político dos sindicatos e suas bases. A perspectiva sindical da FENAS é o mero corporativismo, que se expressa na reprodução de valores propagados pela sociabilidade burguesa como o individualismo, pois não percebem que mesmo tendo suas especificidades a categoria de assistentes sociais está inserida na condição de classe que sofre a exploração do trabalho assim como outros diversos trabalhadores de categorias distintas.

Com o cenário de inserção dos assistentes sociais em sindicatos por ramo de atividade econômica, com as próprias limitações advindas do processo de transição da organização sindical da categoria, somadas à crise do sindicalismo brasileiro na chegada do neoliberalismo, o conjunto da categoria profissional, durante os anos da década de 1990 enxergou o CFESS/CRESS como meio de expressão do posicionamento e organização política da categoria. (TONIOLO e ZANETTI, 2011). Nos grifos de TONIOLO e ZANETTI (2011), dada a pouca expressividade política de tais sindicatos de assistentes sociais reabertos e/ou recém criados e a falta de legitimidade dessas entidades perante o coletivo profissional de assistentes sociais, a categoria depositou certas requisições de regulação das relações de compra e venda da força de trabalho para o conjunto CFESS/CRESS, mesmo sua natureza não sendo sindical. Entretanto, não podemos perder de vista que o agente da luta sindical é o sindicato. E por isso, refirmamos a organização sindical dos assistentes sociais por ramo de atividade econômica como o espaço legítimo em relação aos conflitos das relações de trabalho, mesmo que entidades da categoria profissional, como o CFESS/CRESS, possam auxiliar através de seus posicionamentos públicos orientadores.

Tendo em vista que existe uma nítida diferença de posicionamento político entre o conjunto CFESS/CRESS e a FENAS, aconteceram divergências que

acabaram gerando certos enfrentamentos entre as entidades sindicais de assistentes sociais e os conselhos profissionais.

Esta disputa, por um lado, fez com que o conjunto CFESS/CRESS assumisse demandas sindicais da categoria, como a luta pela aprovação da jornada de trabalho de 30 horas semanais. Por outro, os sindicatos, seguindo orientação da FENAS, entraram e continuam entrando com ações judiciais contra os CRESS's exigindo a redução dos valores do tributo das anuidades – fonte de sustentação financeira das ações políticas do conjunto CFESS/CRESS. Além disso, espaços historicamente ocupados pelo Conjunto, como as instâncias de controle social, passaram a ser disputados pela FENAS e sindicatos, sendo determinadas por diferentes projetos que contornam esses (e outros) espaços de luta política. (TONIOLO e ZANETTI, 2001, p.9)

Segundo Toniolo e Zanetti (2011), diante o cenário de inexpressividade política e de representação das entidades sindicais de assistentes sociais e da FENAS, das dificuldades de sindicalização por ramo de atividade, somadas as limitações de atuação do conjunto CFESS/CRESS – dada a sua natureza de conselho profissional e não de entidade sindical – foi criado o Movimento Pró-Organização dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. Esse movimento objetivou reacender o debate acerca da organização sindical do assistente social tendo em vista a baixa na atuação político-sindical dos profissionais. Mesmo esse movimento passando por críticas advindas de setores consolidados politicamente no interior da profissão – que inclusive defendem a sindicalização por ramo, a proposta de trazer novamente à tona o debate da organização sindical do assistente social se materializou na realização de dois seminários com temática sindical, sendo apoiados pelo CRESS-RJ. Mesmo com as dificuldades que permeiam a discussão da temática sobre a organização político sindical da categoria, alguns elementos foram fundamentais para a manutenção do grupo que levantou a bandeira pela necessidade de se discutir e problematizar a organização sindical dos assistentes sociais na atualidade:

[...] a premência da organização sindical dos assistentes sociais frente ao aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora; a convicção de que, apesar de todas as contradições presentes na organização sindical, hoje, esta continua ao lado da organização partidária, a ser uma das formas privilegiadas e estratégicas de luta da classe trabalhadora; apesar da opção da categoria pela organização por ramo, na década de 1980, a realidade é que a categoria encontra-se com índices de organização sindical abaixo da média da classe trabalhadora; a opção de projeto profissional e societário que nossa categoria hegemonicamente fez, há cerca de três décadas, é inalcançável sem a nossa organização e sem que ela esteja intrinsecamente vinculada à organização e às lutas do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras; e, por fim, o consenso relativo à defasagem

desse debate na massa da categoria e na formação profissional, bem como a necessidade de qualificar e ampliar esse debate. (TONIOLO e ZANETTI, 2011, p.10)

Atualmente no Brasil, o baixo índice de sindicalização dos assistentes sociais se dá por conta de um certo refluxo que os movimentos sociais da classe trabalhadora vêm passando em escala nacional e mundial, somado a defasagem da profissão no que se refere ao debate, desde a formação acadêmica, da organização política da categoria profissional no âmbito sindical. Como desafios, também apontamos a necessidade de realização de um debate amplo nacionalmente que abarque tanto as entidades representativas da categoria como também a base de assistentes sociais e estudantes. (TONIOLO e ZANETTI, 2011)

Segundo Duriguetto e Marro (2016), como expusemos anteriormente, durante a década de 1980 a movimentação profissional referenciada na vertente “intenção de ruptura” com o conservadorismo no Serviço Social, articulada e inserida junto aos movimentos sindical e popular, refletiu diretamente em alterações políticas no conjunto CFAS/CRAS, atualmente CFESS/CRESS. Foi através de disputas pela direção dos conselhos profissionais que as entidades sindicais conseguiram imprimir um direcionamento político crítico aos conselhos, que até então estavam sob a direção conservadora. Esse avanço político de conquista da direção do conjunto CFAS/CRAS, com o apoio do movimento estudantil e da ABESS, atualmente ABEPSS, resultou em vitórias para a perspectiva crítica do Serviço Social brasileiro. Mas essas vitórias ocorreram quando na direção das entidades sindicais de assistentes sociais estavam sujeitos alinhados com uma perspectiva crítica e classista. Observando o curso da história, podemos visualizar que o saldo político que o movimento sindical de assistentes sociais da década de 1980, antes da decisão estratégica de transição da organização sindical para ramo de atividade econômica, se desdobrou na conquista da posição crítica do conjunto CFESS/CRESS, posição essa referenciada pelos valores que norteiam o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social atualmente. E, ao mesmo tempo, ao analisar o embate de posicionamento político entre o conjunto CFESS/CRESS e o campo que defende a retomada da organização sindical dos assistentes sociais de forma fragmentada por categoria profissional, percebemos uma alternância/troca de posição política de tais segmentos da profissão no próprio desenvolvimento da história.

Historicamente, o movimento sindical de assistentes sociais da década de 1980 se constituiu como setor progressista e crítico no Serviço Social ao mesmo tempo em que as direções do conjunto CFAS/CRAS, atualmente CFESS/CRESS, eram ocupadas pelas alas conservadoras da profissão. Com muito afinho e perseverança, os setores progressistas da categoria profissional conseguiram se sobrepor politicamente às concepções conservadoras e, conseqüentemente, aos grupos que as representavam. Com legitimidade, os setores progressistas disputaram as direções do conjunto CFAS/CRAS e, com êxito, alcançaram a hegemonia política no Serviço Social e, por conseqüência, também nas direções das entidades da categoria profissional. Portanto, o setor que defende a organização sindical do Serviço Social de maneira fragmentada atualmente não é o mesmo que teve um papel decisivo para a ruptura com o conservadorismo e para o desenvolvimento e consolidação do projeto ético-político hegemônico do Serviço Social.

Certamente, orientado pelo projeto ético-político da profissão, o campo classista da categoria profissional reconhece as lições históricas das entidades sindicais de assistentes sociais e, por isso, percebem que a defesa pela retomada da organização sindical por categoria profissional se expressa como retrocesso político e incentivo à uma análise do movimento da realidade de maneira superficial e segmentada. Em uma conjuntura com a atual, por tudo o que foi estudado para a construção deste trabalho, me arrisco a afirmar que o caminho a ser percorrido é o da unidade nas lutas sociais. Por isso, defender o retorno da organização sindical por categoria é colaborar para a fragmentação dessas lutas.

4. CONCLUSÃO

Devemos ponderar a relação do Serviço Social com os movimentos sociais e seus processos de lutas ao considerar que tal relação necessária se caracteriza como indissociável da profissão, pois se fundamenta social e historicamente a partir da questão social. É na explicação fundante da contradição de interesses históricos entre o capital e o trabalho, que poderemos analisar a relação/ligação do Serviço Social com as expressões dos conflitos de classes, ou seja, também com as lutas e movimentos sociais enquanto elementos que tornam públicas e políticas as refrações da questão social.

No entanto, algumas mediações históricas potencializam essa relação. A relação entre o Serviço Social brasileiro e os movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora se localiza no próprio desenvolvimento histórico da profissão, tendo em vista tanto o contato de assistentes sociais com experiências populares a partir do exercício profissional como também através da organização política de profissionais – seja pela via da militância na esquerda cristã, seja por meio da organização político-sindical.

Percebemos que diversos elementos da totalidade social foram determinantes para o caminho de crítica ao conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Mas destacamos a contribuição significativa do envolvimento de estudantes e de profissionais com as lutas sociais e os movimentos populares para o impulsionamento de uma compreensão crítica no interior da profissão. A experiência política junto aos movimentos sociais colaborou de forma determinante para que fosse construída uma disputa pela direção social da profissão, sendo reivindicada pelos sujeitos progressistas uma análise do real a partir das apreensões sobre a totalidade da vida social. Ao terem contato mais de perto com as formas de organização e mobilização da classe trabalhadora, parte dos assistentes sociais trouxe para o interior da profissão as lições políticas que as experiências das lutas sociais os proporcionaram.

Ao longo deste trabalho, vimos que mesmo a modernização conservadora se apresentando como saída para a crise do tradicionalismo no Serviço Social, em

meio o contexto de modernização capitalista, as experiências profissionais de contato com os movimentos populares colaboraram para a gestação de críticas ao Serviço Social tradicional em uma perspectiva que se consolidou no final da década de 1970 e início de 1980 como “intenção de ruptura” com o conservadorismo. Ou seja, a atuação de uma vanguarda profissional junto às camadas subalternas durante o período de fervor das lutas pelas reformas de base, que se articulava com os processos de educação popular de base e com os movimentos populares, sinalizou o início de uma renovação profissional crítica que floresceu décadas depois.

Inicialmente, por meio da militância política no movimento católico progressista e orientado pela teologia da libertação, estudantes e profissionais de Serviço Social tiveram a possibilidade de interpretar a realidade de maneira distinta ao que a própria formação profissional conservadora apresentava. Ao terem contato com as experiências de educação popular de base e com os ensinamentos da Pedagogia do Oprimido – de Paulo Freire, esses sujeitos começaram a compreender o movimento do real diferentemente do que a sociabilidade do capital apresentava. Nesse sentido, devido à essas experiências, parte da categoria profissional colaborou com os processos de organização das camadas subalternas em meio ao acirramento da luta de classes, inclusive, também se organizando politicamente, pois não aceitavam como naturais as desigualdades e injustiças promovidas pela perversidade da sociedade capitalista.

Com a instauração do golpe civil militar de 1964 no Brasil, o desenvolvimento das experiências profissionais de caráter popular e as formas de organização política dos profissionais foram nitidamente reprimidas pelo caráter autoritário do regime. No entanto, mesmo na conjuntura autocrática burguesa, alguns estudantes e assistentes sociais se mantiveram na resistência. Nesse sentido, aqueles sujeitos que resistiam à ditadura, juntamente com outros profissionais do campo progressista, no contexto de retomada intensa dos movimentos sociais na cena política do país – período demarcado pelo novo sindicalismo, na segunda metade da década de 1970 – puderam se fortalecer politicamente e apresentar mais abertamente as divergências no interior da profissão.

Diante da crise do regime civil militar, iniciado pelo golpe de 1964 no Brasil, os movimentos sociais da classe trabalhadora intensificaram suas lutas e demarcaram posicionamento acirrado na luta de classes. O que contribuiu para o aceleração da derrota da ditadura e o retorno democrático. Nesse mesmo espaço de tempo, o Serviço Social brasileiro passou por um processo de ressignificação social, ética, política e teórica. Com o movimento de renovação crítica da profissão, referenciado teórico-metodologicamente na análise do real de maneira crítica, a categoria profissional, hegemonicamente, pôde refletir sobre a constituição sócio-histórica do Serviço Social e caminhar no sentido de descontinuação do conservadorismo na profissão.

Durante o final da década de 1970 e início dos anos de 1980, a relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora brasileira acontece de maneira mais objetiva e direta, sendo elencados determinantes os quais Netto (2009) cita:

a) a reinserção da classe operária no cenário político nacional na segunda metade dos anos 1970, o que repôs a dinâmica política da luta de classes a partir do universo fabril e catalisou as demandas econômico-sociais dos movimentos sociais, também emergentes neste período, nos processos de alavancagem da derruição do regime autocrático burguês; b) a recorrência à teoria marxiana e à tradição marxista, superando a remissão a manuais simplificadores do marxismo por meio de uma crítica voltada para a superação dos influxos teóricos mecanicistas, economicistas e, em termos políticos, o combate às posturas voluntaristas, basistas e messiânicas; c) a dimensão sócio-ocupacional; d) a consolidação acadêmica e político-organizativa da profissão. (NETTO, 2009, p.25)

Tais determinantes supracitados conceberam alicerces mais sólidos para o processo de renovação crítica da profissão, que rejeitava o conservadorismo embutido na gênese do Serviço Social, propondo alternativas que se desdobraram na construção qualitativa e progressiva do projeto ético-político da profissão.

Com a inserção de segmentos progressistas da profissão na efervescência político-social das lutas e movimentos sociais durante o período de reabertura democrática, obteve-se um saldo político que se espalhou para o Serviço Social brasileiro, refletindo-se em todas as distintas dimensões da profissão.

Força política que foi incorporada – em suas necessidades e reivindicações – e apreendida – teórico e operativamente – pelos setores progressistas da profissão. Coube ao protagonismo desses segmentos profissionais as transformações no conteúdo do processo formativo dos assistentes sociais; a reformulação dos princípios e valores do nosso Código de Ética; a

densidade teórica e qualificada da produção acadêmica e do debate teórico-político; a solidez político-organizativa e classista de nossas entidades representativas. (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p. 97-98)

Foi, então, que no processo final de distensionamento da ditadura, que a vanguarda profissional ancorada pela perspectiva progressista, reconhecendo-se na condição de trabalhadores assalariados e pertencentes à classe explorada, não poupou esforços para reorganizar politicamente a categoria através dos sindicatos de assistentes sociais, portadores tanto das reivindicações corporativas e imediatas da categoria como das lutas gerais do conjunto da classe trabalhadora.

Os sindicatos de assistentes sociais, assim como as entidades pré-sindicais, demonstravam seus esforços em realizar o debate necessário com a base da categoria profissional para operacionalizar a reorganização sindical da categoria. A compreensão majoritária do conjunto de assistentes sociais se referia à reafirmação de espaços que possibilitassem a defesa dos interesses econômicos da categoria articulados com as lutas amplas do conjunto da classe trabalhadora. Particularmente, nos anos da década de 1980, as lutas específicas dos assistentes sociais ganharam expressividade no cenário nacional, sendo organizadas pelas CENEAS e, posteriormente, pela ANAS. Como tais lutas específicas estavam relacionadas às condições de trabalho e salário, elas não eram muito distintas das lutas econômicas de outras categorias profissionais, tendo em vista que o teor reivindicatório era o mesmo no cenário de forte mobilização sindical no país – lutavam por melhores condições de vida e trabalho. A articulação das entidades sindicais com o movimento sindical geral nos seus processos de lutas colaborou para o desenvolvimento da consciência de boa parte dos assistentes sociais no que tange tanto à sua condição de trabalhador assalariado como também à necessidade de compromisso político com o conjunto dos trabalhadores em uma perspectiva de classe.

Nesse contexto social, a categoria profissional de assistentes sociais conseguiu desenvolver o processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social de maneira hegemônica, amadurecendo e potencializando o projeto ético-político da profissão. É importante ressaltar, que somente através dos processos sociais experimentados pela categoria durante as experiências populares – que antecederam o golpe civil militar; de luta contra a autocracia burguesa; na imersão

da efervescência político-social da reabertura democrática; no bojo do novo sindicalismo e na firmação de compromisso com os movimentos sociais da classe trabalhadora; entre outros elementos temporalizados nestes mesmos períodos – que as primeiras expressões significativas do projeto ético-político crítico do Serviço Social pôde começar a serem gestadas.

Portanto, percebe-se que a articulação histórica da categoria profissional com as lutas e movimentos sociais, principalmente pela intervenção do movimento sindical – por se tratar em primeiro plano das condições objetivas de trabalho – se constitui como um dos elementos fundamentalmente necessários para o impulsionamento do processo de intenção de ruptura com o conservadorismo no interior da profissão. A relação do Serviço Social, por intermédio de uma vanguarda profissional progressista, com o conjunto de movimentos sociais em um cenário social e político de radicalização das lutas sociais, provocou consequentemente alterações na direção social da profissão. Essas alterações se deram pela possibilidade reflexiva de uma parte dos assistentes sociais – em maior relevância, os assistentes sociais imersos diretamente nas lutas sindicais e populares – sobre a condição de classe trabalhadora da categoria profissional. É através da relação com as lutas e movimentos sociais, em espaços em que se tornam públicas e políticas as desigualdades sociais enquanto expressões da questão social, que se proporcionou o conhecimento da realidade de maneira diferenciada e crítica, dando-se fundamentação para a disputa da direção social do Serviço Social.

Conforme Duriguetto e Marro (2016, p.97), a construção do projeto ético-político do Serviço Social é constituída por elementos que destacam o caminho de ruptura com o conservadorismo na profissão, sendo extremamente relevante “a relação da profissão com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas”, destacando-se o processo de lutas sociais em curso no país, no período da década de 1970, como engrenagem política que colaborou para o desenvolvimento da concepção crítica do projeto ético-político da profissão, atualmente hegemônico.

Segundo Iamamoto (2015), se o atual projeto ético-político profissional hegemônico trás consigo princípios como a liberdade enquanto possibilidade de escolha entre alternativas concretas, a democracia no que diz respeito à socialização da riqueza socialmente produzida, e a emancipação humana, nota-se

que as possibilidades para essa construção é gestada na negação da exploração do homem pelo próprio homem, ou seja, na negação da sociedade de classes. Foi no contato mais direto com as expressões da luta de classes, por intermédio dos movimentos sociais – e de outros determinantes – que a categoria profissional percebe seu lugar na sociedade capitalista, enquanto classe que sofre a exploração do trabalho por outra classe que detém os meios de produção e se apropria de forma privada das riquezas socialmente produzidas. Portanto, é pela articulação com os interesses históricos e coletivos dos movimentos sociais da classe trabalhadora que parcelas progressistas da categoria profissional conseguem disputar e conquistar a direção social da profissão, imprimindo uma perspectiva crítica para o Serviço Social, rejeitando o conservadorismo.

No posicionamento balizado pelo alinhamento com os interesses dos segmentos populares foram elencadas estratégias as quais deveriam nortear a intervenção profissional. Tais estratégias consistiam na “formação de alianças; educação popular; investigação-ação e assessoria aos setores populares” (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.104-105). Essas estratégias para a intervenção profissional objetivavam auxiliar os setores populares na incorporação de suas reivindicações, pela via institucional, na política social e nos serviços sociais, ao mesmo tempo em que fortalecia e colaborava para a organização coletiva da classe trabalhadora. No entanto, considerando os limites entre a intervenção profissional e a militância política, as estudiosas Duriguetto e Marro (2016) destacam:

Não obstante o avanço dessas proposições dos componentes da dimensão ideopolítica da ação profissional, problematizações em relação às suas imprecisões e equívocos foram desenvolvidas tanto em relação às categorias e conceitos incorporados quanto às particularidades da intervenção profissional. Nesta, destacamos, especialmente, a noção do assistente social como “educador popular”, como “intelectual orgânico” e a transformação social como objetivo profissional. (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.105-106)

Como vimos na parte final do segundo capítulo deste trabalho, a década de 1990 no Brasil foi marcada pelos rebatimentos da reestruturação produtiva do capital e pela implementação das políticas neoliberais. A conjuntura de flexibilização das relações de trabalho impactaram diretamente na correlação de forças da luta de classes, se expressando, por exemplo, em debilidades para o sindicalismo brasileiro. Tendo em vista que tal acirramento da luta de classes e suas expressões também

se apresentam enquanto refração da questão social, o conteúdo desses conflitos sociais, políticos e econômicos representam o alicerce de grande parte das demandas profissionais para o Serviço Social. No entanto, conforme Duriguetto e Marro (2016), o Serviço Social, a partir nos anos de 1990, apresenta um cenário de diminuição crescente da discussão sobre a relação da profissão com as lutas e movimentos sociais.

Constata-se, a partir da década de 1990, uma quase oculta produção teórica da profissão sobre as organizações, movimentos e lutas sociais, bem como sistematização/relatos de experiência da intervenção profissional com as organizações, movimentos e lutas sociais. (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p. 109)

Diferentemente da produção teórica e da intervenção profissional, as entidades representativas da categoria de assistentes sociais, especialmente no que se refere ao conjunto CFESS/CRESS, demonstram articulação com as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora em seus posicionamentos políticos de denúncia pública das retiradas de direitos e ataques que as camadas populares sofrem com os mandos da sociedade capitalista.

É incontestável a sintonia dos compromissos éticos e políticos assumidos pelas entidades do Serviço Social brasileiro, nessas últimas décadas, com o movimento de resistência e de lutas dos trabalhadores pelos seus direitos e pela construção de um projeto societário emancipador. (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.111)

Mesmo com a complexidade da conjuntura desfavorável para a classe daqueles que sobrevivem através do próprio trabalho, algumas investidas do capital se defrontam com a resistência dos setores populares, como exemplo das lutas por moradia, por reforma agrária, por serviços públicos universais e de qualidade. Esses conflitos acabam se expressando em base real para as demandas profissionais, pois se constituem enquanto refração da questão social. Deve-se compreender que os conflitos sociais, expressados pelas lutas e movimentos sociais, fazem parte fundamental das refrações da questão social, tendo em vista que o conflito social demonstra a contradição de interesses entre capital e trabalho. E, conseqüentemente, por comporem as expressões da questão social, os conflitos de classes refletem na base das demandas para o Serviço Social, mesmo que indiretamente.

Nem sempre os fenômenos como a fome, o desemprego, a violência de gênero, a falta de acesso das classes subalternas do campo de da cidade aos direitos sociais ou outras tantas demandas profissionais encontram relação direta com as lutas dos sujeitos coletivos. Entretanto, isso se deve

também ao efeito vitorioso de estratégias de dominação que coagulam as expressões da questão social em meras “demandas individuais” e interditam a relação com as lutas de diversos movimentos sociais. Ao propor, na análise da questão social, uma ênfase especial nos traços de luta e resistência que estão presentes nas suas expressões, destacamos a necessidade de reconstruir a relação – mais ou menos visível, mais ou menos direta – que existe entre as demandas profissionais e as lutas das classes subalternas – tanto em termos teóricos, como das perspectivas concretas que essa relação pode descortinar para a intervenção profissional. (DURIGUETTO e MARRO, 2016, p.112)

No âmbito da organização política da categoria, além do papel significativo que as entidades do Serviço Social – como o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – desempenham para a imagem social da profissão, a organização sindical é essencialmente importante para que a categoria profissional consiga travar os enfrentamentos necessários em relação a suas condições de trabalho, por meio das lutas sindicais. Como já explicitamos anteriormente nos itens 3.2 e 3.3, a histórica organização político-sindical dos assistentes sociais foi essencialmente determinante na defesa articulada das pautas econômico-imediatas da categoria, como também elementar para o processo de construção de uma contra hegemonia no interior do Serviço Social, fortalecendo a perspectiva de rompimento com o conservadorismo.

Como já foi abordado no item 3.4 deste trabalho, atualmente, existem compreensões distintas acerca da organização sindical dos assistentes sociais, haja vista a disputa de projetos no interior da própria profissão. Minoritariamente, há profissionais que defendem a retomada dos sindicatos de assistentes sociais, pois justificam sua posição por compreenderem a necessidade das lutas corporativas da categoria, além de alegarem que a transição da organização sindical para ramo de atividade foi “inconclusa” – e por isso desconsideram a deliberação coletiva da categoria profissional no período de auge dos sindicatos de assistentes sociais. Existe também, de maneira hegemônica, a compreensão a qual esse debate já se encontra superado e, por todo o acúmulo do processo histórico da categoria profissional em deliberar estrategicamente a organização por ramo de atividade econômica, deve-se manter a decisão, tendo em vista a necessidade das lutas unitárias nos conflitos sociais, especialmente no contexto das relações de compra e venda da força de trabalho. Recentemente, também surgiu por parte de alguns profissionais progressistas, o entendimento de que é indispensável a retomada do debate sobre a organização sindical no Serviço Social e que, caso a categoria

entenda assim, deve-se disputar as direções das entidades sindicais de assistentes sociais.

Vejamos bem, a defesa da reorganização dos sindicatos de assistentes sociais se expressada enquanto incentivo ao corporativismo e retrocesso da capacidade estratégica de luta sindical da categoria, tendo em vista as profundas limitações que a luta político-sindical isolada de um sindicato de assistentes sociais provoca para as possibilidades de conquista e de defesa de direitos. Um dos argumentos utilizados para justificar da necessidade de retomada da organização por categoria profissional é qualificação da transição da organização sindical como inconclusa. Compreendemos que essa observação da “inconclusão” da transição sindical é uma avaliação equivocada que não se atenta para a totalidade social do movimento histórico.

Se entendermos que “inconcluso” significa inexistência de sindicato por ramo de atividade em todas as áreas de atuação dos assistentes sociais, acredito que precisamos analisar essa situação como processo incessantemente incrustado na história. [...] se a “inconclusão” se deve à inexistência de sindicato por ramo, é preciso criá-lo, e não abrir mão de um princípio e luta histórica unitária, que um sindicato corporativo não resolverá. Por outro lado, se entendermos “inconcluso” como o reduzido índice de filiação de assistentes sociais em sindicatos por ramo de atividade, é preciso analisar esta condição à luz da totalidade [...] (BOSCHETTI apud MARTINS, 2012, p, 89)

Já a parte – pouquíssima expressiva, por sinal – dos profissionais que compreendem a necessidade de disputa política das direções das entidades sindicais de assistentes sociais, haja vista a *(re)existência* dessas entidades e o caráter corporativista e pelego das atuais direções, cometem outro equívoco. Pois o que está em jogo não é a direção dos sindicatos de assistentes sociais, mas sim a modalidade de organização sindical. O que deve ser reafirmada é a manutenção da organização sindical por ramo de atividade econômica, tendo como lição o percurso histórico que a categoria profissional caminhou para, estrategicamente, deliberar a inserção sindical dos assistentes sociais em sindicatos amplos – em contraposição à estrutura sindical fragmentada e corporativista. Se há dificuldades de adesão dos assistentes sociais nas lutas sindicais atualmente, devemos perceber isso como algo que tange toda a classe trabalhadora. E por isso, reconhecer a legitimidade da retomada dos sindicatos de assistentes sociais é o mesmo que pautar a maior fragmentação das lutas.

Se, atualmente, a direção social do Serviço Social, a formação acadêmica e o exercício profissional são orientados hegemonicamente pela perspectiva crítica, isso se deve ao esforço do campo progressista da categoria que, ao longo da história, se mostrou articulado com os meios de politização e publicização das expressões da questão social, ou seja, com os movimentos sociais e seus processos organizativos e de mobilização. Nesse sentido, devemos reassumir as lições históricas da relação entre a profissão e os movimentos populares, adaptando-as ao atual contexto histórico e sob o entendimento dos limites de uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e, portanto, no estatuto do assalariamento. Por isso, é importante fortalecer os espaços de organização política da categoria – incluindo a organização sindical por ramo de atividade econômica, como também – no âmbito do exercício profissional – é necessário retomar o trabalho de base junto às camadas subalternas, compreender a dimensão socioeducativa da profissão e potencializar as experiências de relação com os sujeitos coletivos organizados da classe trabalhadora, enquanto reafirmação de uma posição crítica e combativa frente às tentativas de avanço do conservadorismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria B. C. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 85-108, out./dez. 2009.

_____, e CABRAL, Maria do Socorro. A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p, 55-78.

_____. Movimento Sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. Ed. Cortez, São Paulo, p.230-244, 2014.

_____, e CABRAL, Maria do Socorro. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social – Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988**. São Paulo, Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo L.C. – **O que é sindicalismo**, Ed. Abril S. A. Cultural, São Paulo, 1985. 95 p.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

CARDOSO, Renata de Oliveira. Notas sobre a organização político-sindical dos assistentes sociais na atualidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n.32, jul/dez. 2016.

_____. **ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: os dilemas e desafios na atualidade**. Rio de Janeiro – RJ, ESS/UFRJ. Dissertação de Mestrado – 2012. 141f.

DURIGUETTO, Maria Lucia e MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Cortez, São Paulo, 2016, p. 97-118.

DURIGUETTO, Maria Lucia. **SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007. p.170-229.

ERUNDINA, Luiza. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p. 107-119.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na conjuntura dos anos 70. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p. 43-54.

Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Disponível em: <http://www.fenas.org.br/> - Acesso em 10/11/2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 17^a.ed. – 1987.

GONÇALVES, Geovane Martins. **Reconstrução histórico crítica do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 6^a Região – Seccional de Juiz de Fora: Análise dos processos históricos do Serviço Social Brasileiro**. PPGSS – UFJF. 2016. 169 p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2000. p.115-184.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortes, 9^a.ed. 2015. p.106-208.

_____, e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41.ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

LOURENÇO, Damaris Almeida; SABADIN, Max Sander; FERREIRA, Isadora; POSSATO, Priscilla Gouvêa Alves. **O engajamento político-sindical dos assistentes sociais supervisores de campo de estagio da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Serviço Social da UFJF, Juiz de Fora, 2016, 105 f.

MARTINELLI, Maria Lúcia; BAPTISTA, Myrian Veras; e BARBOSA, Maria da Costa. O assistente social e a ação política – entrevista com Luiza Erundina de Souza. **Serviço Social e Sociedade**. nº01, ano 01, 1979. São Paulo. p. 17-31.

MARTINELLI, Maria Lucia. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p. 81-96.

MARTINS, Daniel de Aquino Lucas. **O caminho da conquista: a organização política das(os) assistentes sociais até a redução da jornada de trabalho**. Rio das Ostras – RJ. Trabalho de Conclusão de Curso – UFF. 2012. 170 f.

MATTOS, Marcelo Badaró de. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. 160 p.

_____. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista Em Pauta**, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 20, 2007. p.33-55.

MORAES, Mays Vieira de. **Diálogos sobre educação popular e Serviço Social no Brasil: a perspectiva crítica no século XX**. PPGSS – Escola de Serviço Social / UFRJ. Rio de Janeiro – RJ, 2014.

NETTO, José Paulo. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p. 15-42.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez. 17.ed. 2015.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 84 – ano XXVI – novembro de 2005. p.5-20.

PERES, Célia Fernandes Vilarinho. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p.139-142.

PINHEIRO, Márcia. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p.131-136.

REZENDE, Juliano Zancanelo. A organização político-sindical dos assistentes sociais: categoria profissional ou ramo de atividade econômica? In: **Revista Serviço Social em Perspectiva**. Anais do I Encontro Norte Mineiro de Serviço Social, edição especial, v.2. Montes Claros – MG. Março de 2018. p.110-123.

RAMOS, Sâmia Rodrigues e Santos, Silvana Mara de Moraes dos. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo, Cortez. 2016. p, 209-233.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. **A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: dilemas e desafios contemporâneos**. Natal - RN. UFRN. 2010. 178 f.

SINGER, Paul. Movimento de bairro. In: **São Paulo: O POVO EM MOVIMENTO**. Editora Vozes. São Paulo. 1980. p. 83-107.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão Pública e Democracia: a burocracia em questão**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2013.

SPOSATI, Aldaiza. A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. In: CFESS (Org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, CFESS, 2009. p. 81-96.

TONIOLO, Charles e ZANETTI, Moara. Prefácio – Organização sindical dos assistentes sociais. In: CRESS-RJ (Org.). **Em Foco** – ed. nº 7. Rio de Janeiro, 2011. p, 7-11.